

TMF
GROUP

Alcance global
Conhecimento local

ÍNDICE GLOBAL DE COMPLEXIDADE CORPORATIVA 2021



Esclarecendo as complexidades de
se fazer negócios entre fronteiras

CONTÉÚDO

| | |
|--|----|
| Introdução | 2 |
| <i>Destaques Globais</i> | |
| – O crescimento da gestão responsável | 4 |
| – Simplificação através da digitalização | 10 |
| – Complexidade local x global | 12 |
| Rankings GBCI 2021 | 16 |
| As dez jurisdições mais complexas | 18 |
| <i>Destaques</i> | |
| – Contabilidade e impostos | 24 |
| – Gestão global de entidades | 28 |
| – Recursos humanos e folha de pagamento | 32 |
| As dez jurisdições menos complexas | 36 |
| Conclusão | 42 |
| Metodologia | 44 |
| Glossário | 45 |

**NÓS FAZEMOS UM
MUNDO COMPLEXO**

SIMPLES

PREFÁCIO

Tenho o prazer de trazer a você o Índice Global de Complexidade Corporativa de 2021, observando as diferenças nas regras e requerimentos de fazer negócios em 77 jurisdições ao redor do mundo.

Como foi o caso em 2020, nosso relatório de 2021 foi escrito sob a sombra da Covid-19 e os transtornos causados a viagens, transações e na saúde causados pelo vírus. Uma pequena ação de nossa parte para ajudar nossos clientes foi criar uma lista dos projetos de suporte governamental (disponível aqui), cobrindo mais de 1.300 por todo o mundo. Para combater esse cenário de dificuldade, atrair e encorajar investimentos de empresas foi essencial para guiar a economia mundial e a prosperidade local, e nós da TMF Group estamos gratos por fazer nosso papel de encorajar a simplificação junto a reguladores e governanças.

Um exemplo dessa simplificação, como mostraremos abaixo, são as propostas de imposto corporativo mínimo do G7/OECD. Mesmo que nossa avaliação de complexidade fiscal seja mais relacionada a regras fiscais do que a índices, exploramos brevemente a correlação entre imposto corporativo, complexidade e o investimento que diferentes jurisdições atraem. Um número de localidades internacionais (ou “paraísos fiscais”, na linguagem do G7) tem pouca complexidade e um alto índice de imposto corporativo. Impostos são um assunto complexo, e frequentemente existem muitas diferenças entre seus títulos e sua efetividade. Ainda assim, sugerem que outros fatores, como a facilidade de se fazer negócios, ressaltam seu apelo – muitas vezes direcionado mais a fundos do que a corporações – e que seu declínio previsto como resultado das propostas do G7 pode estar superestimado. Considerados meramente um mecanismo simplificador, também apontamos que outros padrões globais como Padrão Internacional de Relatórios Financeiros (IFRS, em inglês), tendem a ter uma adoção parcial e acabam adicionando uma camada de retalhos a regras locais para empresas seguirem, ao invés de criar uma simplificação mais geral.

Olhando para o futuro, percebemos muitas tensões geopolíticas que empresas devem levar em conta em suas decisões de investimento e operação. Existe um contínuo debate sobre o acordo de transações entre Reino Unido e a União Europeia, focado principalmente na fronteira irlandesa, e o nacionalismo econômico prevalece em muitas partes do mundo. O grande assunto são as relações entre Estados Unidos e China, as duas maiores economias e fontes de investimento estrangeiro direto (Foreign Direct Investment - FDI) do mundo. Uma relação tensa que deve piorar devido às investigações do governo americano sobre as origens da Covid-19. De fato, estas investigações podem agir como catalizadoras para uma economia mundial muito mais bipolar, com países e companhias tendo que escolher lados em termos de regras, infraestrutura e mercados. Empresas obrigadas a se posicionar nessa possível divisão precisarão considerar um estabelecimento permanente, como uma proteção contra essas futuras barreiras.

Apesar destas macro considerações, muitos de nossos clientes operam em múltiplas jurisdições, tirando proveito do acesso que isso lhes dá a mercados para suas mercadorias e também a talentos. Uma observação sobre o assunto, baseada nos nossos oito anos de relatórios de complexidade, é que alguns dos mercados mais atrativos onde se operar são os mais complexos e os mais punitivos pela má compreensão das coisas. Empresas têm tipicamente um menor número de grandes sedes, muitas vezes em localidades relativamente simples de se operar. Elas têm, então, um longo rastro de escritórios em menor escala em localidades mais complexas. Essa exposição causada por seu “rastros complexos” é onde o risco se concentra. Espero que o Índice Global de Complexidade Corporativa da TMF Group, e as opiniões subjacentes sobre as regras e requerimentos para se fazer negócios nessas localidades, te ajude a se manter seguro.

Mark Weil
Chief Executive, TMF Group


INTRODUÇÃO

O Índice Global de Complexidade Corporativa fornece uma visão geral oficial da complexidade de estabelecer e operar empresas ao redor do mundo. Ele explora fatores que impulsionam o sucesso ou fracasso de empresas internacionais, com foco na operação em mercados estrangeiros, e esboça os principais temas emergentes no cenário global e suas complexidades locais associadas em 77 jurisdições.

Mesmo que 77 jurisdições não seja um número geograficamente exaustivo, as jurisdições incluídas nesse relatório são lugares onde a maior parte das operações de negócios são feitas. Além de representar 71% da população do mundo, elas são responsáveis pela grande maioria da atividade econômica global. Entre si, produzem 92% do PIB total do mundo, e estão ligadas a 95% da rede global de fluxos de investimento estrangeiro direto (FDI).

O GBCI 2021 leva em conta 292 diferentes indicadores relacionados à complexidade de negócios, para fornecer uma análise dos desafios globais e locais que impactam na facilidade de se fazer negócios ao redor do mundo. Estes dados indicativos são usados para compilar um ranking global das 77 jurisdições, baseado na complexidade de ambientes para negócios em termos de legislação, compliance, procedimentos de contabilidade, regimes de impostos, regras de recursos humanos (RH) e procedimentos de folha de pagamento.

Através da análise tanto das estatísticas quantitativas quanto qualitativas relacionadas a exemplos em cada jurisdição, nosso estudo revelou três tendências globais presentes em 2021. Para cada uma, mostramos como a pandemia da Covid-19 impactou na tendência, algumas vezes acelerando e em outras revertendo temporariamente o processo.



**da complexidade
de estabelecer e
operar empresas
ao redor do mundo**

3 TENDÊNCIAS GLOBAIS

1

O crescimento da gestão responsável

Empresas pelo mundo estão sendo cada vez mais encorajadas a se comportarem forma responsável, transparente e com maior preocupação social.

2

Simplificação através da digitalização

Governos pelo mundo estão se baseando na digitalização como um caminho para simultaneamente se ajustarem ao mundo de trabalho remoto que a Covid-19 criou e removerem ou melhorarem os processos tradicionais que têm sido por muito tempo uma fonte de complexidade.

3

Complexidade global x local

Vimos como o movimento em direção ao alinhamento e cooperação internacional entre jurisdições se chocou com as complexidades locais, muitas vezes idiossincráticas, por todo o mundo. Enquanto os esforços pela padronização continuam, através de regulações como o Padrão Comum de Relatórios (Common Reporting Standard - CRS), o Beneficiário Final (Ultimate Beneficial Owner - UBO) e a Lei de Conformidade Tributária de Contas Estrangeiras (Foreign Account Tax Compliance Act - FATCA), a adoção varia globalmente.

Em tempos em que a economia global está se recuperando dos desafios que enfrentou no ano passado, ter uma compreensão aprofundada da complexidade de negócios globais e locais pode ajudar organizações multinacionais a mitigar riscos adicionais e gerenciar sua identidade operacional de forma adequada. Para aquelas que procuram se expandir internacionalmente, as recompensas podem ser consideráveis se os desafios associados com a complexidade forem superados.

No entanto, as consequências por subestimar estes desafios podem ser severas. O não compliance com as regulações podem expor empresas a penalidades e sanções, com indivíduos sendo punidos com a prisão, nos casos mais extremos.

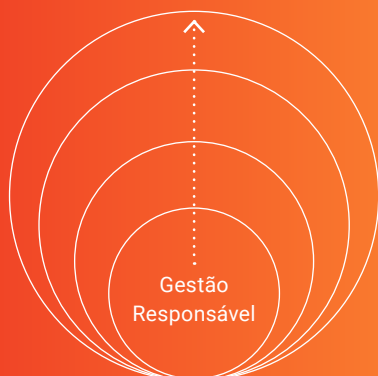
Esperamos que o Índice Global de Complexidade Corporativa 2021 sirva como fonte de informação e te ajude a se manter em compliance, onde quer que você faça negócios.

TENDÊNCIA GLOBAL

#1

O CRESCIMENTO DA GESTÃO RESPONSÁVEL

Nota-se em 2021 um foco renovado em garantir que empresas estão se comportando de forma responsável em suas operações globais. Isto se estende por todas as atividades corporativas, desde a contratação de funcionários até o pagamento de níveis apropriados de impostos e a garantia de que sua estrutura e comportamentos são transparentes.



Requerimentos de transparência como o UBO e Registro de Pessoas com Controle Significativo (PSC) constantes desde 2020

Operar com transparência é um alicerce da gestão responsável. Desde 2020, o percentual de jurisdições que adotam registros de propriedade se mantém estável, demonstrando que esses processos de transparência continuam consistentes ano após ano.

O requerimento de fornecimento de informações de UBO e/ou PSC para um registro central é maior na Europa, Oriente Médio e África (EMEA), onde é obrigatório em 82% das jurisdições, comparado a apenas 43% das jurisdições na Ásia-Pacífico (APAC). Notamos diferenças regionais quando se trata de manter um registro de UBO e/ou PSC no endereço cadastrado da empresa, com 64% das jurisdições da América do Norte requisitando a manutenção, comparado a apenas 30% das jurisdições da América do Sul.

Encontramos nuances similares na acessibilidade do registro central de UBO/PSC. Em 41% das jurisdições na EMEA, as informações no registro central de UBO/PSC é acessível ao público, comparadas a nenhuma das jurisdições na América do Sul.

O distanciamento do offshoring tradicional

Em 2021, houve um distanciamento da tradicional 'externalização' em algumas jurisdições e um aumento na necessidade global de transparências entre multinacionais, que estão sendo encorajadas a pagar impostos nas jurisdições onde fazem negócios.

Em Curaçao, por exemplo, a legislação econômica indica que realizar esse offshoring para benefícios fiscais não é mais possível sem uma operação física no local. Em janeiro de 2021, regras de cunho econômico foram implementadas pela Curaçao Investment Companies (CICs), indicando que essas empresas devem demonstrar que estão conduzindo operações centrais dentro da jurisdição, como ter um número adequado de funcionários. Esse evento impactou Curaçao em termos de atrair organizações que procurassem fazer esse offshore na região.

No entanto, fazer o offshoring de bens para essa jurisdição ainda é popular entre indivíduos privados, devido a preocupações com a segurança em seus países de origem, como aqueles na América do Sul que estão passando por problemas de inflação e instabilidade financeira.

Porcentagem de jurisdições onde diferentes requisitos de registros de UBO e PSC se aplicam



As Filipinas tiveram mudanças similares com a implantação do CREATE Act em março de 2020. O CREATE Act sujeita unidades offshore de bancos estrangeiros a um imposto de renda corporativo de 25%, um aumento em relação ao imposto anterior de 10%. Este aumento pode desmotivar bancos estrangeiros que procuram fazer offshoring na jurisdição.

Consequentemente, certas jurisdições estão fazendo mudanças para retirar essa parcela de offshore dos destinos mais tradicionais. Por exemplo, o Governo de Hong Kong está trabalhando para criar uma indústria de fundos líder e deseja obter lucro a partir do aumento de legislação em mercados offshore tradicionais, como as Ilhas Cayman. Hong Kong introduziu, então, um programa de fundos de parceria limitada em 2020, gerando uma solução mais rápida e simples para o financiamento offshore na jurisdição. A implementação desses incentivos pode significar que, nos próximos anos, poderemos ver uma transferência do offshoring das jurisdições tradicionais como Curaçao e as Ilhas Cayman para destinos emergentes como Hong Kong.

MAIS
TRANSPARÊNCIA

Aumento no uso obrigatório de terceiros

Desde 2020, o envolvimento obrigatório de um terceiro nas operações da empresa tem se tornado mais comum. Por exemplo, em 2020, apenas 17% das jurisdições requeriam que uma entidade apontasse um contador certificado e o registrasse com as autoridades, comparado a 27% em 2021. Um contador certificado teria a finalidade de reduzir erros e falhas relacionados à declaração de impostos e documentação necessária, indicando que as entidades têm melhor suporte e operam de uma forma mais responsável.

Especialistas locais estão frequentemente disponíveis localmente para ajudar empresas a estar em compliance com sua legislação local. Nas Ilhas Virgens Britânicas, por exemplo, a adoção de um modelo de agente registrado é obrigatória para a incorporação. As empresas podem contar com esses agentes para garantir que estão em compliance com as regulações e cumprem com os padrões da jurisdição. Esse suporte pode também ser menos formalizado, como na Guatemala, por exemplo,

onde linhas de apoio e suporte estão disponíveis para auxiliar com o compliance contábil e fiscal. Isto garante que grandes multinacionais cumpram as frequentemente complexas regulações locais.

Penalidades para não compliance estão ficando mais rígidas, especialmente em jurisdições mais complexas

Além do requerimento mais frequente de se trabalhar com terceiros para garantir o compliance, existe um aumento global na rigidez das penalidades para empresas em não compliance. As multas são as penalidades mais comuns impostas por delitos de contabilidade e impostos, e no caso de se fazer negócios sem estar com os impostos declarados, a frequência da emissão de multas aumentou desde 2020, com 93% das jurisdições atualmente impondo uma multa por esse delito, comparado com 84% do ano passado.

Percebemos uma ligação entre complexidade e rigor de penalidades quando se trata da punição de delitos. Na nossa lista de 10 jurisdições mais complexas, nota-se que organizações tem maior probabilidade de enfrentar as penalidades mais severas. Por exemplo, no caso de se fazer negócios sem estar com os impostos declarados, 45% das jurisdições por todo o mundo suspenderiam a licença de uma organização. Esse número chega a 60% nas jurisdições mais complexas. Isto representa um problema para aqueles que procuram operar em ambientes mais complexos, já que, além de ser mais desafiador cumprir a legislação variante e o critério regulatório em vigor, as organizações também estarão mais sujeitas a enfrentar penalidades por qualquer irregularidade.

Desde 2020, também houve um aumento de multas quando erros são identificados em declarações ou pagamentos de impostos. Em 2020, 39% das jurisdições reportaram que, se uma organização corrigir voluntariamente sua declaração ou pagamento de impostos, ela não seria multada. Esse valor diminuiu para 27% das jurisdições em 2021, mostrando que, internacionalmente, a resposta a imprecisões está ficando mais rígida.

Enquanto notamos essa tendência global, devemos observar que a pandemia da Covid-19 fez com que algumas jurisdições flexibilizassem temporariamente alguns prazos e penalidades. Foi o caso na Nova Zelândia, Singapura e Bulgária, onde alguns prazos foram estendidos e algumas penalidades foram aliviadas durante a pandemia. Na maioria dos casos, no entanto, nossos especialistas preveem que penalidades para o não compliance vão continuar ficando mais severas.

Porcentagem de jurisdições onde padrões de contabilidade e requerimentos de impostos se aplicam



Penalidades impostas em caso de...

| | | Multas | Suspensão de atividades | Encarceramento | Suspensão de licença | Prevenção de continuar operando | Outros | Nenhum dos anteriores |
|---|------|--------|-------------------------|----------------|----------------------|---------------------------------|--------|-----------------------|
| Fazer negócios com impostos não declarados | 2021 | 93% | 68% | 39% | 45% | 47% | 8% | 3% |
| | 2020 | 84% | 57% | 43% | 36% | 34% | 12% | 5% |
| Perder prazos de declarações de impostos | 2021 | 97% | 19% | 10% | 14% | 13% | 10% | 0% |
| | 2020 | 97% | 20% | 16% | 14% | 13% | 13% | 1% |
| Cálculos imprecisos nas declarações de impostos | 2021 | 95% | 25% | 22% | 14% | 18% | 13% | 1% |
| | 2020 | 93% | 13% | 24% | 9% | 8% | 16% | 3% |

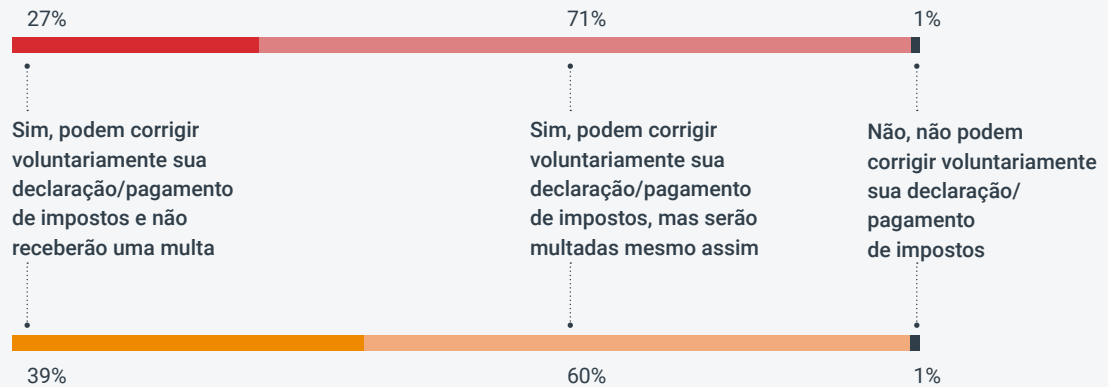
Penalidades impostas em caso de...

(Apenas para as 10 jurisdições mais complexas)

| | | Multas | Suspensão de atividades | Encarceramento | Suspensão de licença | Prevenção de continuar operando | Outros | Nenhum dos anteriores |
|---|------|--------|-------------------------|----------------|----------------------|---------------------------------|--------|-----------------------|
| Fazer negócios com impostos não declarados | 2021 | 100% | 80% | 60% | 60% | 70% | 10% | 0% |
| Perder prazos de declarações de impostos | 2021 | 100% | 30% | 10% | 30% | 20% | 10% | 0% |
| Cálculos imprecisos nas declarações de impostos | 2021 | 100% | 10% | 20% | 0% | 10% | 20% | 0% |

Porcentagem de jurisdições onde certas condições se aplicam à correção de declarações de impostos

2021*



2020

* O total não é igual a 100 porque as porcentagens individuais são arredondadas para o número inteiro mais próximo.

O não compliance pode ter consequências pessoais para diretores

Além disso, as sanções para delitos ou pela falha em se manter em compliance pode se estender além de punições impostas a organizações. A probabilidade de indivíduos, na maioria das vezes diretores de empresas, serem responsabilizados é globalmente alta. 89% das jurisdições relatam que diretores podem ser considerados responsáveis por irregularidades em suas próprias empresas, mas há uma certa variação regional. Apesar dos diretores sempre serem responsabilizados por empresas na EMEA, esse é o caso em apenas 69% das jurisdições na América do Norte.

Quando se trata de diretores serem pessoalmente responsabilizados por autoridades, o percentual é ligeiramente maior, observado em 90% das jurisdições; a América do Norte é novamente a região onde existe a menor probabilidade (79%), seguida pela APAC (86%). As penalidades impostas a indivíduos variam entre jurisdições específicas, mas, nos casos mais extremos, diretores podem ser punidos com prisão.

Funcionários ganharam mais proteção com as empresas sendo encorajadas a serem empregadoras responsáveis

Houve uma mudança com as relações industriais se tornando mais voltadas aos funcionários do que antes. Isto se relaciona, em parte, ao fato da pandemia da Covid-19 ter gerado uma grande onda de incerteza para empresas e autoridades. Algumas jurisdições se mobilizaram para cumprir as demandas de funcionários e oferecer proteção durante esses tempos desafiadores. Por exemplo, na Dinamarca, o governo revisou em maio de 2020 a Lei de Ambiente de Trabalho (Working Environment Act, no inglês), que garante que o ambiente físico e psicológico deve ser seguro e adequado.

Seguindo essa mudança para um espaço de trabalho mais voltado aos funcionários, desde 2020 é mais difícil demitir funcionários sem citar uma causa. Era permitido em 29% das jurisdições em 2020, caindo para 20% em 2021.

Possibilidade de demissão de um funcionário sem citar uma causa
– mostrada globalmente e regionalmente para 2020 e 2021



2021 | **23%**
2020 | **64%**



2021 | **0%**
2020 | **0%**



2021 | **70%**
2020 | **80%**



2021 | **13%**
2020 | **13%**

Observando essa tendência em um nível regional, notamos que a mudança é liderada tanto pela América do Norte quanto pela América do Sul. Em 2020, 64% das 14 jurisdições na América do Norte permitiam a demissão de funcionários sem uma causa, caindo para 23% em 2021. Nas jurisdições sul-americanas, esse índice caiu de 80% para 70%.

Na Argentina, a tendência foi levada ainda mais longe. Devido à pandemia da Covid-19, o governo argentino tornou ilegal a demissão de funcionários, por qualquer razão. Isto significa que, durante o período de incertezas que veio com a pandemia, funcionários argentinos tiveram total segurança de emprego, independentemente de sua performance individual ou da performance de sua organização. Mesmo sendo claramente um evento atípico causado pela pandemia, nossos especialistas preveem que os empregadores devem continuar vendo a ascensão da legislação pró-funcionários, que ao mesmo tempo encoraja empresas a agir de forma responsável em suas comunidades locais e aumenta o nível de complexidade com o qual elas devem lidar.

Desde 2020, tem se tornado mais difícil demitir funcionários sem citar uma causa.

Isto era permitido em 29% das jurisdições em 2020, caindo para **20%** em 2021.



TENDÊNCIA GLOBAL

#2

SIMPLIFICAÇÃO ATRAVÉS DA DIGITALIZAÇÃO

Em 2021, continuamos a observar a tendência da simplificação através da digitalização em uma escala global. Isso foi acelerado, em partes, pela pandemia da Covid-19, que tornou alguns procedimentos físicos impraticáveis. Percebemos a combinação de duas forças agindo como facilitadoras da simplicidade: a diminuição da necessidade de se realizar procedimentos pessoalmente, combinada com a ascensão da tecnologia e da automação.



A ascensão de tecnologias e automação como impulsionadores da simplicidade

Declínio na exigência de processos presenciais



Digitalizando a relação entre empresas e estado

Neste ano, o requerimento de um carimbo ou selo físico para documentos de entidades legais diminuiu substancialmente, com apenas 39% das jurisdições internacionalmente ainda exigindo uma oficialização presencial (comparado a 43% em 2020). Na América do Sul, onde o requerimento de processos físicos é maior, a Covid-19 causou atrasos significativos e realçou a natureza antiquada de tais requerimentos. Por exemplo, os prazos para incorporação de empresas na Colômbia, Guatemala e Argentina foram aumentados, já que a documentação só pode ser aprovada em agendamentos presenciais.

Em outras localidades, a Covid-19 acelerou o processo de digitalização, com autoridades em Portugal, Paraguai, Índia e República Dominicana permitindo temporariamente assinaturas digitais. Em Portugal, especificamente, é previsto que esse movimento em direção à digitalização será uma mudança a longo prazo que irá continuar mesmo após a pandemia.

Jurisdições onde documentos de entidades legais requerem um carimbo ou selo oficial para serem legalmente válidos



2021 | **38%**

2020 | **43%**

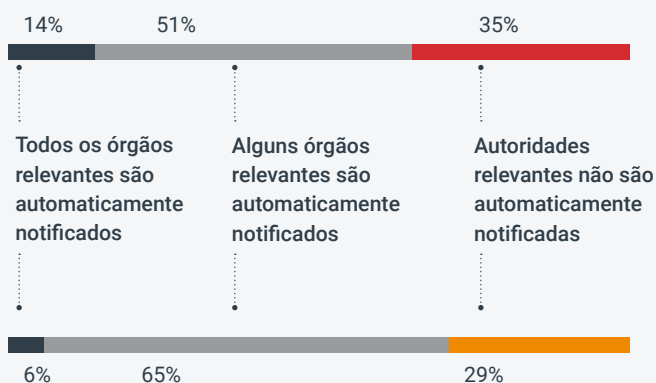
O investimento estatal na digitalização

Em 2021, também houve um aumento na notificação automática de autoridades estatais relevantes quando ocorrer a incorporação de uma empresa, subindo à porcentagem de 14% das jurisdições globalmente onde todas as autoridades são notificadas. A EMEA e a APAC lideram o caminho nessa transição. Um bom exemplo são as Ilhas Maurício, onde uma plataforma online foi implementada para garantir uma coordenação mais uniforme entre vários órgãos governamentais e reduzir paralisações durante a incorporação.

Enquanto isso, notamos um crescimento na implementação de portais online para a submissão eletrônica de documentos. Tornou-se obrigatório o upload de notas fiscais por um sistema online em 27% das jurisdições globalmente (comparado a 24% em 2020). A América do Sul lidera o caminho neste quesito,

Porcentagem de jurisdições onde outras autoridades relevantes (impostos, folha de pagamento, órgãos especialmente industriais, etc.) são automaticamente notificados como parte da incorporação

2021

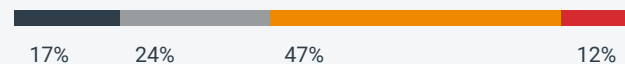


2020

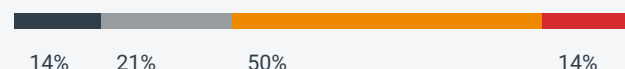


Porcentagem de jurisdições onde é obrigatória a emissão de notas fiscais em formato eletrônico

Globalmente



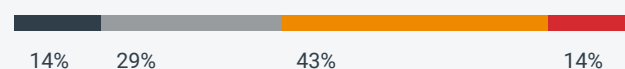
América do Norte*



América do Sul



APAC



EMEA



■ Obrigatória para todas as empresas ■ Obrigatória para algumas empresas ■ Não obrigatória ■ Não aplicável

* O total não é igual a 100 porque as porcentagens individuais são arredondadas para o número inteiro mais próximo.

com sete entre dez jurisdições com portais online já em funcionamento.

Apesar dos sistemas online terem o intuito de simplificar processos, é comum que eles levem a um aumento inicial e de curto prazo na complexidade, especialmente se as autoridades carecem de alinhamento. Na Turquia, por exemplo, cada autoridade usa uma plataforma de tecnologia diferente, o que resulta em um aumento na demanda das empresas em se familiarizarem com a variedade de portais separados. Em outras localidades, jurisdições como Polônia e Hungria requerem que todas as empresas submetam documentos em seu idioma local. Isto aumenta a complexidade para empresas estrangeiras.

Diferentes abordagens da digitalização

A maioria das jurisdições pode ser projetada em uma trajetória de processo gradual, longilíneo e progressivo de digitalização. A introdução de sistemas de tecnologia e a redução gradual de processos físicos raramente é um processo simples, e as empresas precisam de tempo para se ajustar a esses requerimentos.

Em contrapartida, notamos uma minoria de jurisdições sustentando uma estratégia rápida de digitalização. Tomando como exemplo, a Indonésia se submeteu à enorme tarefa de criar um sistema único de submissão online (Single Submission system – OSS). Essa estratégia imediata tem sido altamente problemática – um fator contribuinte para o 6º lugar da Indonésia no GBCI – e mudanças constantes na legislação (como a nova Lei Omnibus) devem ser atualizadas também no sistema. Mesmo assim, essa estratégia realça que o processo gradual de passo-a-passo não é o único caminho possível para a digitalização. Além disso, com as jurisdições competindo globalmente por investimento estrangeiro através da simplificação, devemos observar mais governos seguindo o exemplo da Indonésia em adotar a rápida digitalização.

Tanto na implementação de estratégias de digitalização graduais quanto nas rápidas, uma coisa é clara: o processo será árduo. Ainda assim, temos evidências claras de que os resultados valem a pena. Algumas das jurisdições mais digitalizadas globalmente estão se mostrando altamente atrativas para investimento estrangeiro, e a Covid-19 amplificou ainda mais as complexidades de se operar em jurisdições nos dois extremos do espectro de digitalização.

Os benefícios de um plano de digitalização

A Holanda tem um sistema de incorporação digital em funcionamento, o que significa que os UBOs das empresas podem ser identificados digitalmente através de passaportes escaneados e não são obrigados a comprovar sua identidade presencialmente nessa jurisdição. Esta sofisticada infraestrutura digital permitiu que a jurisdição operasse da forma mais normal possível para processos de incorporação durante a pandemia.

A República da Irlanda também é um bom exemplo de jurisdição que passou por um processo efetivo de digitalização. O investimento internacional veio naturalmente em seguida, com Dublin se tornando a sede europeia do Google. Curiosamente, a República da Irlanda também está implementando um amplo plano de estabelecer uma rede de fibra ótica de escala nacional. Isto garantirá que o país possa suportar uma força de trabalho remoto altamente produtiva.

Apesar da tecnologia ser uma ferramenta para superar as barreiras físicas, nos estados irlandeses ou para outras jurisdições geograficamente pequenas, questiona-se quão necessária seria a digitalização completa. A ilha caribenha de Curaçao, com uma área total de 444km², é tão pequena que visitar os escritórios de várias autoridades é uma tarefa simples. Do mesmo modo, as dimensões compactas de Luxemburgo fazem com que a manutenção de ligações físicas entre empresas e reguladores ou autoridades seja simples.

Nossa expectativa é que continuaremos vendo jurisdições dando passos para se digitalizarem nos próximos anos. A Covid-19 realçou a necessidade de se procurar ter uma maior infraestrutura online e deve acelerar essa tendência global. Com a pressão pela digitalização para competir por investimento estrangeiro, mais governos seguirão o exemplo da Indonésia com uma estratégia mais agressiva, porém rápida, de digitalização?

TENDÊNCIA GLOBAL

#3

COMPLEXIDADE GLOBAL X LOCAL

Como mostrado nos anos anteriores do GBCI, regulações desenvolvidas por órgãos internacionais continuam a ser seguidas por jurisdições globais. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (The Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD) e a União Europeia (European Union – EU) são dois desses órgãos transnacionais que coordenam a legislação internacional, apesar de governos nacionais acabarem ocasionalmente ditando práticas internacionais.

A legislação internacional normalmente é resultado da globalização econômica que observou o comércio internacional se expandir rapidamente durante os últimos 50 anos. Conforme as relações comerciais se tornaram globalizadas, a legislação precisou se expandir além de fronteiras nacionais para poder regular e governar estas relações. A legislação



Declaração internacional

O Padrão Comum de Relatórios (Common Reporting Standard – CRS) é um excelente exemplo de legislação internacional que visa a regulação de acordos comerciais internacionais. O padrão requer que governos compartilhem detalhes da retenção de contas individuais em sua jurisdição com outras jurisdições participantes, incluindo informações como nome, número da conta e extrato. Essa comunicação entre jurisdições promove a transparência, dificultando que indivíduos ou empresas escondam patrimônios não declarados em jurisdições fora de onde estão sediadas.

Nossos dados mostram que 83% das jurisdições se comprometeram a trocar informações através do CRS, um leve aumento comparado a 82% do ano passado. A adoção do CRS varia significativamente de região a região, com o maior índice sendo na EMEA e APAC.

Leis internacionais apresentam a complexidade legislativa para empresas – no caso do CRS, empresas deverão submeter sua informação de contas às autoridades. No entanto, estar em compliance com a legislação internacional pode também ser um elemento que afeta a reputação de jurisdições – a Costa Rica, por exemplo, está em compliance com leis internacionais (incluindo o CRS) com as quais muitos países da América Central não estão, resultando em uma reputação mais robusta como uma jurisdição aberta a negócios internacionais na região. Isto traz fortes benefícios para corporações procurando operarem ali, através de um maior influxo internacional de capital e comércio.

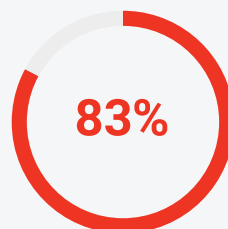
Mesmo que hábitos fiscais internacionais tornem o cenário regulatório global mais uniforme, é válido observar que muitas jurisdições têm “especialidades”. Apesar da Holanda ser um local menos favorável para estruturas “agressivas” de impostos do que já foi anteriormente, ainda é um foco de instalação de joint ventures devido a sua infraestrutura legislativa histórica. Um outro exemplo que ainda é importante geograficamente em um mundo globalizado é Curaçao, muitas vezes o local favorito para indivíduos sul-americanos de alta renda concentrarem investimentos estrangeiros, por sua proximidade ao continente.

Desmontando sistemas locais complexos para simplificar jurisdições

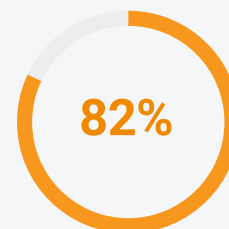
Além da legislação internacional ter um alcance maior, jurisdições individuais estão tentando desaparelhar leis localizadas e diminuir o atrito para empresas internacionais que procuram investir ali. Em alguns casos, isto pode ser uma reestruturação sistemática em larga escala, com o objetivo específico de criar um ambiente de negócios mais simples

A porcentagem de jurisdições que se comprometeram a trocar informações através do CRS

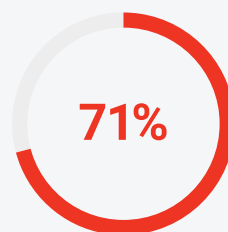
Globalmente 2021



Globalmente 2020



América do Norte 2021



América do Sul 2021



APAC 2021



EMEA 2021



para investimento estrangeiro, como é o caso nas reformas da Lei Omnibus na Indonésia. Nos anos anteriores, muitos setores da economia da Indonésia haviam sido fechados para investimento estrangeiro, enquanto os que se mantinham abertos eram classificados como parte de um sistema de código tributário incrivelmente complexo. A reforma Omnibus abriu setores que antes eram regulados nacionalmente, e reduziu o número de códigos de regulação de 515 para 356. No entanto, fazer a incorporação sem cumprimento do código correto ainda resultará em consequências fiscais e pode deixar empresas suscetíveis a multas. Uma reforma que “facilita a operação” similar a essa, nas Filipinas, tem o objetivo de aliviar a carga administrativa para entidades – por exemplo, mesmo para processos menores como obter um reembolso do Imposto sobre o Valor Agregado (Value Added Tax - VAT), o número de documentos necessários foi reduzido de 65 a 41.

Os esforços para facilitar as operações corporativas podem ter dimensões bastante reduzidas e direcionadas – por exemplo, quando analisamos os requerimentos de idioma para documentos oficiais. Dados do GBCI mostram que governos jurisdicionais estão flexibilizando requerimentos relacionados

à submissão de documentos em seu idioma local, um processo que aumenta a complexidade para negócios estrangeiros. Ainda que a maioria das jurisdições ainda exijam documentos oficiais para submissão ao governo local e atas dos diretores e acionistas a serem submetidas em seu idioma local, a porcentagem de ambos os requerimentos diminuiu consideravelmente desde 2020.

Porcentagem de jurisdições onde os documentos a seguir devem ser apresentados no idioma local

2021 | **78%**
2020 | **86%**



2021 | **59%**
2020 | **73%**



A legislação local domina algumas áreas de negócios

Enquanto o progresso em direção a um cenário corporativo mais globalizado continua, existem algumas áreas de gestão empresarial onde práticas internacionais são muito secundárias aos costumes locais. Por exemplo, nossa análise de práticas de contabilidade sugere que regulações de contabilidade locais são muito mais dominantes que processos alinhados internacionalmente. Em 57% das jurisdições, todas as empresas devem aderir a uma série de GAAP locais (Generally Accepted Accounting Practices, ou Princípios Contábeis Geralmente Aceitos). Em contrapartida, as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International

Porcentagem de jurisdições onde normas de contabilidade são aplicadas: IFRS, US GAAP, GAAP Local

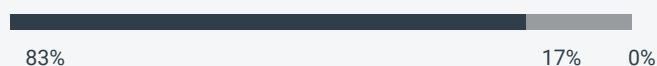
- Esta norma não se aplica dentro da jurisdição
- Empresas devem aderir a esta norma, dependendo de certos critérios
- Todas as empresas devem aderir a esta norma

2021

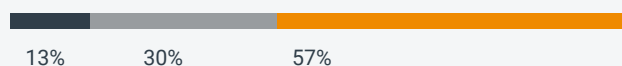
IFRS*



US GAAP

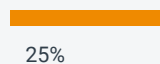


GAAP Local



2020

IFRS



US GAAP

0%

GAAP Local



* O total não é igual a 100 porque as porcentagens individuais são arredondadas para o número inteiro mais próximo.

Financial Reporting Standard - IFRS) são exigidas por todas as empresas em apenas 19% das jurisdições. Além disso, a porcentagem de jurisdições onde todas as empresas devem aderir a alguma forma de padrão local aumentou desde 2020, sugerindo que as práticas contábeis estão se tornando cada vez mais localizadas.

Ainda assim, podem existir oportunidades de maior alinhamento nas áreas de contabilidade e impostos. A OECD está considerando exigir que as jurisdições se comprometam a um piso mínimo de impostos corporativos, o que desafiaria e padronizaria os modelos fiscais de muitas jurisdições.

Mesmo dentro de uma jurisdição, existe variação legislativa frequente

Diferenças a nível subnacional podem causar um alto índice de complexidade para empresas. Por exemplo, durante o processo de incorporação, mesmo que o governo nacional seja a autoridade mais comum à qual as entidades devem relatar para o registro, 27% das jurisdições exigem notificação a um nível provincial ou estatal, enquanto 42% exigem notificação a um nível municipal ou local. Em alguns casos, jurisdições podem exigir notificação em todos os três níveis, praticamente triplicando a carga administrativa do processo de incorporação.



A complexidade subnacional também varia entre jurisdições, com algumas tendo estruturas muito mais regionalizadas que outras. A Colômbia tem mais de 1.000 municipalidades, o que significa que é difícil não cruzar fronteiras municipais, mesmo em operações de uma única empresa. Como um exemplo da complexidade que isto causa, declarações de impostos devem ser relatadas separadamente para cada municipalidade, portanto as empresas devem manter um registro regionalizado e detalhado de suas transações, para que os impostos sejam pagos corretamente em cada municipalidade.

A complexidade regional também gera oportunidades para empresas, particularmente em casos nos quais algumas regiões têm ambientes preferenciais de negócios. Por exemplo, o Reino Unido está lançando “freeports” – polos de comércio regional – onde empresas internacionais poderão fazer negócio com mercadorias importadas a taxas fiscais mais favoráveis do que no resto do Reino Unido.

As complexidades globais e internacionais de se contratar uma força de trabalho

Em muitos aspectos, a pandemia tornou a força de trabalho menos móvel internacionalmente, principalmente pelo fechamento de fronteiras enquanto os governos tentam manter a Covid-19 em cheque. Ao mesmo tempo, o trabalho remoto tornou-se integrado à cultura corporativa, com profissionais podendo se conectar de qualquer localidade usando apenas um notebook e uma conexão de internet. No entanto, a legislação de folha de pagamento atual foi estruturada em mundo pré-Covid, portanto qualquer empresa que procure tirar proveito de uma força de trabalho mais globalizada também deverá entender as complexidades administrativas de se contratar internacionalmente.

O tamanho da jurisdição também pode ter um grande impacto no processo de contratação pelo qual uma empresa deverá passar. Em jurisdições menores, como em pequenas ilhas, a reserva de talentos locais muitas vezes é limitada, o que faz com que empresas precisem considerar contratações estrangeiras. Em alguns casos, no entanto, jurisdições podem recrutar profissionais que têm habilidades específicas – apesar de pequeno, Curaçao tem uma força de trabalho altamente especializada, composta por indivíduos com backgrounds financeiros e legais, devido à natureza de negócios que são feitos na ilha.

Em jurisdições maiores, as dificuldades entre fronteiras podem ocorrer até mesmo em fronteiras nacionais. Nos Estados Unidos, por exemplo, o imposto de renda é preenchido a nível estatal. Conseqüentemente, durante a pandemia, muitas empresas procuraram contratar profissionais de outras partes do país devido à crescente popularidade do trabalho remoto, o que levou a situações mais complexas surgindo durante o cálculo e relatório da folha de pagamento.

O RANKING
DO ÍNDICE
GLOBAL DE
COMPLEXIDADE
CORPORATIVA
2021

DEZ JURISDIÇÕES MAIS COMPLEXAS

| 2021 | | 2020 |
|------|-------------------|------|
| 1 ^ | Brasil | (2) |
| 2 ^ | França | (12) |
| 3 ^ | México | (13) |
| 4 ^ | Colômbia | (8) |
| 5 ^ | Turquia | (11) |
| 6 v | Indonésia | (1) |
| 7 v | Argentina | (3) |
| 8 v | Bolívia | (4) |
| 9 ^ | Costa Rica | (26) |
| 10 ^ | Polônia | (34) |
| 11 ^ | Coreia do Sul | (17) |
| 12 v | China Continental | (6) |
| 13 v | Grécia | (5) |
| 14 v | Nicarágua | (7) |
| 15 ^ | Itália | (36) |
| 16 ^ | Cazaquistão | (25) |
| 17 ^ | Bélgica | (19) |
| 18 v | Equador | (10) |
| 19 ^ | Portugal | (31) |
| 20 v | Índia | (18) |
| 21 ^ | Vietnã | (24) |
| 22 v | Malásia | (9) |
| 23 ^ | Eslovênia | (30) |
| 24 v | Peru | (23) |
| 25 v | Panamá | (15) |
| 26 v | Rússia | (22) |

PÁGINAS
18-23

| 2021 | 2020 |
|---------------------------|------|
| 27 ^ Alemanha | (40) |
| 28 v Croácia | (14) |
| 29 ^ Romênia | (35) |
| 30 ^ Jamaica | (75) |
| 31 ^ Honduras | (47) |
| 32 v Taiwan | (16) |
| 33 ^ Venezuela | (52) |
| 34 v Espanha | (29) |
| 35 ^ Ucrânia | (56) |
| 36 v Guatemala | (32) |
| 37 ^ Filipinas | (57) |
| 38 ^ Áustria | (41) |
| 39 ^ Uruguai | (43) |
| 40 ^ Chile | (64) |
| 41 ^ República Dominicana | (67) |
| 42 v Finlândia | (39) |
| 43 v Hungria | (27) |
| 44 v Tailândia | (42) |
| 45 ^ Jersey | (65) |
| 46 v Eslováquia | (21) |
| 47 v África do Sul | (37) |
| 48 v Sérvia | (20) |
| 49 ^ Bulgária | (51) |
| 50 v Singapura | (60) |
| 51 ^ Noruega | (55) |
| 52 v Suécia | (38) |

DEZ JURISDIÇÕES MENOS COMPLEXAS

| 2021 | 2020 |
|-------------------------------|------|
| 53 v Reino Unido | (44) |
| 54 v Chipre | (28) |
| 55 v Guernsey | (45) |
| 56 ^ Suíça | (62) |
| 57 v Canadá | (54) |
| 58 v Paraguai | (33) |
| 59 v Japão | (46) |
| 60 v Emirados Árabes Unidos | (53) |
| 61 v República Tcheca | (48) |
| 62 v Austrália | (58) |
| 63 - Israel | (63) |
| 64 v Malta | (61) |
| 65 v Luxemburgo | (50) |
| 66 v Catar | (49) |
| 67 v Nova Zelândia | (59) |
| 68 - Ilhas Maurício | (68) |
| 69 ^ El Salvador | (71) |
| 70 ^ Holanda | (72) |
| 71 ^ Estados Unidos | (76) |
| 72 v Ilhas Virgens Britânicas | (73) |
| 73 ^ Curaçao | (77) |
| 74 v República da Irlanda | (70) |
| 75 v Ilhas Cayman | (69) |
| 76 v Hong Kong | (66) |
| 77 v Dinamarca | (74) |

AS DEZ JURISDIÇÕES MAIS COMPLEXAS



1 Brasil



Apesar de ser a jurisdição mais complexa do GBCI 2021, o Brasil também é um destino atrativo para investimentos, já que está classificado como a 13ª maior economia do mundo, e tem crescido rapidamente nos últimos anos.

A complexidade no Brasil é impulsionada por um sistema de gestão de várias camadas, onde autoridades a nível federal, estatal e municipal têm poder legislativo substancial. O Brasil é uma das poucas jurisdições onde o processo de incorporação de empresas deve ser registrado em todos esses níveis de governo. Muitos impostos também são cobrados em cada um dos níveis, fazendo com que as taxas tributárias variem de cidade a cidade e de estado a estado.

Muitas reformas fiscais estão acontecendo, mas são complexas devido às tensões entre os vários níveis de governo. Por exemplo, o governo federal está procurando aumentar o VAT na jurisdição, mas estas mudanças radicais podem afetar várias áreas diferentemente, já que o poder econômico está concentrado em algumas cidades e estados mais prósperos. A estrutura descentralizada é, portanto, muito difícil de se lidar ou unificar, levando à complexidade para multinacionais.

Muitas das leis trabalhistas no Brasil datam dos anos 1940, e grandes reformas nos últimos cinco anos deram mais flexibilidade a empregadores, trazendo um certo alívio das exigências sindicalistas mais rigorosas. Essas reformas permitiram que empresas contratassem profissionais sem as mesmas responsabilidades que teriam com funcionários de período integral, enquanto muitas jurisdições procuram restringir o uso de contratos por prazo determinado.

Mesmo com o país sendo muito impactado pela Covid-19, a pandemia modernizou muitas práticas corporativas, como a autorização de documentos eletrônicos para várias atividades empresariais. No entanto, muitas empresas tardaram a tirar proveito de pacotes de suporte fornecidos pelas autoridades, por serem muitas vezes confusos, e empresas relutaram em se comprometer a planos que poderiam deixá-las com responsabilidades desconhecidas no futuro.

“ O governo brasileiro tem uma lista extensa de reformas que, quando implementada, deve facilitar a operação de empresas e atrair investidores internacionais.”

2 França



A França aparecendo em segundo lugar no índice desse ano se dá principalmente pelas complexidades em processos de contabilidade e impostos, e pelas regulações de RH mais voltadas aos interesses dos funcionários.

Toda a contabilidade na França está sujeita a requerimentos de idioma locais, que podem se provar desafiadores a empresas que não falem francês. Além disso, a França foi uma das primeiras jurisdições a colocar a regulação da União Europeia no SAF-T (um formato padrão para o intercâmbio eletrônico de dados contábeis) em funcionamento. O governo francês endossou fortemente o processo de digitalização, com a expectativa de que toda a fiscalização tributária se tornará completamente digital em um futuro próximo.

“ Apesar da França ainda exigir muito trabalho administrativo para uma empresa estar em compliance com os requerimentos, o país também está encorajando investidores através de vários planos, tais como acordos de isenção temporária para startups inovadoras e novas empresas.”

O governo francês está propondo mais serviços em inglês para investidores estrangeiros em seus sites institucionais, e implementou a iniciativa “Business France” – um site para ajudar empresas estrangeiras a lidar com as complexidades das normas contábeis francesas – e está propondo mais serviços em inglês para investidores estrangeiros em seus sites institucionais. Porém, estas normas estão sujeitas a constantes mudanças, com novas leis financeiras sendo aprovadas a cada ano. Além disso, a eleição presidencial francesa está programada para abril de 2022, o que pode trazer mais mudanças no futuro.

Por ser uma jurisdição muito voltada aos funcionários, a França também é altamente complexa da perspectiva de RH e folha de pagamento. O conseil de prud’hommes – um tribunal específico para litígio de trabalho – favorece o funcionário em mais de três a cada quatro casos. Não obstante, o presidente Macron implementou uma escala na qual as empresas podem prever a quantia a ser paga. Funcionários têm uma maior quantia paga para férias e benefícios, incluindo seguro de saúde e de vida, que são obrigatórios e devem ser pagos mensalmente.

A Covid-19 gerou um aumento na complexidade na França, com a introdução do chômage partiel (o equivalente francês a um plano de licenças) que tem sido muito generoso com os funcionários. Da perspectiva do empregador, esse plano aumentou a complexidade através da exigência de atualizações em softwares de folhas de pagamento e da adição de créditos fiscais ou pagamentos atrasados.

3 México



O México subiu 10 lugares na classificação deste ano, alcançando o terceiro lugar. Os principais motivos dessa complexidade crescente são a necessidade de interações presenciais com o estado, e a dependência de documentos impressos para a incorporação. Estes fatores foram agravados pela pandemia da Covid-19.

No entanto, deve-se notar que a necessidade de interações presenciais é mais limitada quando se trata de contabilidade e impostos, contratações ou demissões de funcionários e folha de pagamento. Além disso, com os efeitos da pandemia começando a diminuir na jurisdição, tais processos devem se tornar mais simples durante o próximo ano.

Para a incorporação de empresas estrangeiras, o México exige que documentos sejam entregues em cópia impressa e devem ser autenticados no país de origem. Isto significa, por exemplo, que empresas vindas dos Estados Unidos precisam enviar a documentação de volta aos EUA para serem autenticadas, antes de serem devolvidos ao México. Antes da pandemia, este processo levaria aproximadamente uma semana. Porém, com a crise, pode agora levar mais de um mês.

“Regulações e processos no México podem parecer excessivos e de longa duração à primeira vista. A tradição e as diferentes interpretações de como se aplicar as regulações são comuns. Porém, com o conhecimento adequado, investidores conseguem lidar com a complexidade e alcançar os benefícios.”

Além disso, no México, interações presenciais precisam ser registradas com as autoridades. Durante a pandemia, agendamentos foram extremamente limitados para cumprir os protocolos da Covid-19, fazendo com que os prazos de espera para certas interações chegassem a mais de dois meses. Empresas também devem demonstrar que têm um endereço corporativo físico no México, para que possam operar legalmente. Apresentar apenas um endereço virtual mexicano não é o suficiente.

Outro fator que aumenta a complexidade na jurisdição é a exigência de se ter um representante legal mexicano para a incorporação. Empresas estrangeiras não precisam ter diretores residentes, mas devem ter um representante legal que resida no país. No caso de delitos fiscais, este representante legal será facilmente rastreado, dando certa segurança às autoridades mexicanas.

4 Colômbia



A Colômbia está atualmente passando por sua oitava reforma fiscal nos últimos dez anos – o que indica o ritmo de mudanças às quais as empresas devem se adaptar para acompanhar a legislação local. Apesar de não ocorrerem aumentos nos impostos em 2020, o projeto de reforma mais recente foi retirado para revisão, e será provavelmente submetido novamente.

“A Colômbia é uma economia em ascensão e está emergindo como um ponto estratégico para o suprimento regional de mercadorias e serviços de confiança e qualidade, graças à sua localização estratégica. A Colômbia pode tirar proveito de sua extensa rede de acordos comerciais, a qual permite acesso preferencial a mais de 60 países e 1.5 bilhão de consumidores por todo o mundo. Apesar da complexidade nos impostos e leis reguladoras, a Colômbia é um ótimo lugar para se investir.”

As principais mudanças no projeto de reforma fiscal mais recente envolvem uma exigência de que certos setores devam pagar mais em alguns tipos de impostos. Por exemplo, a taxa do Imposto sobre o Valor Agregado (Value Added Tax - VAT) na Colômbia é de 19%, mas algumas indústrias estão em um patamar inferior, com o VAT a 5%. Códigos tributários também podem ser muito granulares – nas últimas reformas, fornecedores de sistemas de medicina acabaram de ser adicionados como um setor onde a taxa de 5% do VAT se aplica.

A Colômbia se tornou mais digitalizada nos últimos anos. Como consequência de um processo que se estendeu pelos últimos dois anos, a emissão de notas eletrônicas agora se tornou obrigatórias para todas as empresas. O envio de informações de folha de pagamento com o DIAN (autoridade nacional de impostos e serviços aduaneiros) também será eletrônico a partir do outono de 2021. Além disso, o DIAN também aumentou o uso de tecnologia em diferentes processos, como a regulamentação do processo de notificação eletrônica que ocorreu nos últimos meses.

Devido à pandemia da Covid-19, muitos bancos na Colômbia exigiram que contas bancárias corporativas realizassem pagamentos eletrônicos de pensão a fundos de pensão. Esta digitalização estava em vigor antes da pandemia, mas era opcional, e agora se tornou completamente obrigatória. Antes da digitalização, funcionários tinham que pedir manualmente um cheque do banco e apresentá-lo a seu fornecedor de pensão.

5 Turquia



A Turquia entrou na lista de dez jurisdições mais complexas, subindo do décimo primeiro lugar em 2020. Comparada a outras jurisdições, seus setores de contabilidade e impostos são particularmente complexos.

A Turquia tem um sistema regulatório altamente localizado e exige requerimentos locais de idioma – ambos provando-se desafiadores a investidores estrangeiros. Além disso, o governo aprova mudanças legislativas com frequência (recentemente sancionando uma nova legislação para restringir as compensações financeiras nas deduções do imposto de renda) e empresas muitas vezes devem se adaptar em curtos períodos de tempo.

É positivo ver que as autoridades turcas estejam se engajando em processos de digitalização, mas a ausência de uma abordagem colaborativa entre governos está aumentando a complexidade a curto prazo. Cada autoridade adotou uma plataforma digital diferente, fazendo com que empresas precisem aprender a usar e enviar documentos por múltiplos portais. Espera-se que este aumento de complexidade seja apenas um revés temporário durante o período de adaptação das empresas e, eventualmente, a estratégia de digitalização da Turquia funcionará para simplificar o processo de se fazer negócios dentro da jurisdição.

6 Indonésia



A Indonésia é um mercado em rápido crescimento que demonstra um comprometimento em se abrir para o investimento estrangeiro direto. A jurisdição está atualmente passando por grandes mudanças, devido à introdução da “Lei Omnibus”, um conjunto radical de reformas que almeja tornar a jurisdição muito mais atrativa para o investimento estrangeiro direto (Foreign Direct Investment - FDI).

Como parte da reforma, uma das principais mudanças é a de abrir vários setores da economia que antes estavam fechados para empresas estrangeiras. No entanto, mesmo dentro dos setores abertos a negócios, há uma grande complexidade em termos da estrutura de relatórios na Indonésia: apesar da contagem anterior de 515 ter diminuído, ainda existem 386 setores regulatórios nos quais as empresas precisam estar categorizadas. Empresas devem identificar seu setor corretamente para que cumpram a regulação de quota máxima de propriedade estrangeira. Isto também impacta na possibilidade de uma empresa tirar proveito de certos incentivos fiscais como reduções fiscais, deduções fiscais e isenção de direitos de importação, ou incentivos não fiscais, incluindo o auxílio em obter licenças comerciais, licenças de trabalho, energia, matéria prima, força de trabalho e infraestrutura. Esta não é uma tarefa fácil, pois a definição de muitos setores está aberta a interpretação legal.

Além disso, a lei Omnibus é consideravelmente baseada em princípios, o que significa que muitos dos detalhes da lei ainda não foram planejados de um ponto de vista prático. Por exemplo, houve relatos de que a legislação trabalhista estaria afetando ações disciplinares, funcionários de contrato temporário, carga horária, horas extras e períodos de descanso, mas estas leis se sobrepõem à última reforma trabalhista implementada em 2003. Entender como essas regulações interagem entre si será determinado por orientação oficial, assim como os precedentes decididos por futuros casos judiciais.

Muitas leis foram aplicadas retrospectivamente. Por exemplo, a nova lei estipula que funcionários com contrato temporário também estão elegíveis para compensações por seu período contratual anterior, gerando custos inesperados para empregadores que contrataram força de trabalho temporária.

“ O governo tem total conhecimento de que, para concretizar sua visão de “Indonésia 2045”, é absolutamente necessário mudar o cenário regulatório do país. Através da emissão da Lei Omnibus, o governo demonstrou seu comprometimento com a criação de uma atmosfera de negócios aberta e transparente, para fazer da Indonésia um destino de investimentos atrativo e seguro.”

7 Argentina



Os principais fatores que impulsionaram a complexidade na Argentina são as constantes mudanças legislativas, a dificuldade de envio e recebimento de moeda estrangeira e os altos níveis de inflação.

Em dezembro de 2019, o presidente Alberto Fernández foi eleito. Deste ponto em diante, houve uma série de mudanças legislativas rápidas, e certas vezes inesperadas, no país. Uma dessas mudanças, implementada como uma resposta à pandemia da Covid-19, é a inabilidade de se demitir funcionários por baixa performance, dando aos argentinos total seguridade de trabalho durante a pandemia. No entanto, isto adicionou uma quantia significativa de complexidade para empresas operando na jurisdição, já que os funcionários deveriam deixar as empresas apenas por vontade própria, ou a empresa enfrentaria enormes penalidades.

“ O principal fator que investidores estrangeiros diretos devem saber sobre a Argentina é que o país é uma jurisdição com elevado número de regras e regulações em constante mudança. A TMF Group pode ajudar as empresas a se manter em compliance com elas.”

Para empresas operando na Argentina, pode ser desafiador enviar e receber dinheiro de forma internacional, pois existem regulações em vigor que limitam seriamente a transferência internacional de moeda. Qualquer quantia a ser transferida, para pagar faturas de importação, por exemplo, deve apresentar uma documentação rigorosa, adicionando uma complexidade considerável para empresas estrangeiras que procuram incorporar e operar na jurisdição.

A Argentina também está enfrentando problemas com a inflação, com a taxa atual mantida acima de 50%. Este é um fator de risco importante, causando incertezas para empresas internacionais que consideram incorporar e operar no país.

8 Bolívia



A complexidade na Bolívia foi impulsionada por um longo processo que começou com a greve civil contra a fraude eleitoral em outubro de 2019 e atingiu seu pico com a pandemia da Covid-19, alinhada à hipótese de um novo governo através de eleições, após um período de transição governamental.

Tanto a pandemia da Covid-19 quanto a posse do novo governo acentuaram as complexidades em torno da imobilidade funcional de trabalhadores. Estes fatores agravaram a situação de mobilidade da força de trabalho, que já era delicada. Devido à Constituição boliviana e a legislação trabalhista existente, funcionários que enfrentam uma situação de demissão podem apelar ao Ministério do Trabalho para recuperar a posição.

Por outro lado, em setores como o de finanças, o governo boliviano começou a implementar medidas de combate à lavagem de dinheiro e evasão fiscal. Tais medidas visam incutir boas práticas no setor, em uma proposta para aumentar a transparência.

Olhando à frente, nossos especialistas preveem que uma regulação similar será introduzida a outros setores da economia, aumentando a possibilidade da Bolívia se tornar um local mais complexo de se fazer negócios nos próximos anos.

9 Costa Rica



A complexidade nesta jurisdição é causada principalmente pela necessidade de empresas demonstrarem altos níveis de transparência. A Costa Rica passou por grandes reformas fiscais, que visavam aumentar a transparência para combater a evasão fiscal. É também o primeiro país da América Central a se tornar membro da OECD. É inevitável que esses esforços reformadores venham acompanhados de requerimentos adicionais que aumentem a complexidade para empresas estrangeiras que procuram operar na Costa Rica.

Outra reforma que aumenta a complexidade nesta jurisdição é a implementação da legislação sobre o Beneficiário Final (Ultimate Beneficial Owner – UBO), aprovada em 2019. O compliance com essas regulações podem implicar em um longo processo administrativo, que muitas vezes exige suporte local.

No entanto, apesar da complexidade na jurisdição, o país ainda é um destino atrativo para investimento estrangeiro direto. A Amazon e a Microsoft têm grandes operações na Costa Rica, e devido à força de trabalho especializada ali presente, vemos um número crescente de empresas selecionando a Costa Rica para o “nearshoring” (externalização próxima). Apesar da exigência de transparência aumentar a complexidade, também adiciona segurança, fazendo do país uma localidade atrativa para empresas estrangeiras estabelecerem operações.

A Costa Rica tem um plano de zona de livre comércio que existe por mais de duas décadas. Apesar do processo de aplicação ser complexo, permitiu que o país atraísse com sucesso investidores estrangeiros.

“ Mesmo que o país ofereça uma força de trabalho altamente qualificada, é importante notar que a Costa Rica é um dos países mais custosos da região, em termos de produção. Investidores devem realizar estudos de viabilidade, em colaboração com profissionais que estejam familiarizados com a situação atual na Costa Rica.”

10 Polônia



A legislação na Polônia costuma mudar de forma rápida, dando pouco tempo para que empresas reajam e implementem mudanças para cumprirem com as novas leis. Isto aumentado durante a pandemia, que ocasionou respostas rápidas por parte do governo a uma situação tão dinâmica. Por exemplo, restrições de lockdown foram aplicadas e removidas sem aviso prévio, enquanto mudanças legislativas a longo prazo em respostas à pandemia continuaram em vigor (como pacotes de auxílio econômico), gerando confusões sobre quais leis se aplicam em um dado momento.

“ Toda a documentação oficial na Polônia deve ser submetida no idioma local, com tradução juramentada, ou acompanhada por um selo de autenticação. Investidores estrangeiros devem consultar um profissional legal e consultores fiscais para garantir que tenham conhecimento de todos os requerimentos e obrigações.”

Algumas leis implementadas recentemente também tiveram pouca clareza em casos específicos, como o lançamento dos planos de investimento de funcionários, o Employee Capital Plans, um projeto que permite que funcionários invistam parte de seu salário em ações e títulos. Funcionários de empresas estrangeiras também devem ser cobertos pelos planos, porém, até o momento, não há um caminho claro para empresas estrangeiras trilharem com relação a seus funcionários.

O governo está passando por um processo de digitalização e adotou recentemente assinaturas eletrônicas. Isto é particularmente notável nas áreas de contabilidade e impostos, já que as empresas passaram a precisar submeter relatórios financeiros eletronicamente. No entanto, as autoridades polonesas ainda não aceitam muitos fornecedores globais de assinaturas como DocuSign, e exigem assinaturas de fornecedores locais específicos, aumentando a complexidade na jurisdição.

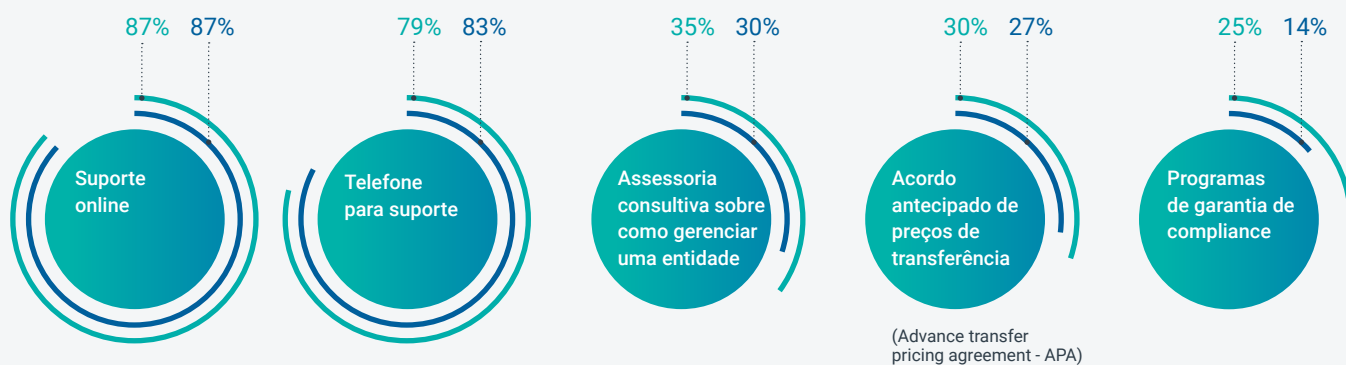
CONTABILIDADE E IMPOSTOS



De muitas maneiras, 2020 foi um ano de suporte sem precedentes para as empresas, com os governos fazendo esforços para estabilizar suas economias. Ao longo de 2021 este apoio foi gradualmente eliminado, com variações entre jurisdições de acordo com a prevalência local da Covid-19, bem como a abordagem de cada governo. Tempos desafiadores estão por vir, de forma que as empresas devem aprender a revertê-los em cenários mais próximos de “business as usual” sem este suporte. Na área contábil e tributária, o apoio governamental tem se concentrado em simplificar a administração tributária e, ao mesmo tempo, cria desoneração de curto prazo por meio de incentivos fiscais, para ajudar as empresas na crise. Estas medidas indicam que provavelmente haverá um aumento da carga tributária ou melhor execução fiscal futuramente para compensar o aumento dos gastos do governo.

Quais dos seguintes tipos de orientações podem ser obtidos das autoridades locais sobre como cumprir as regras e regulamentos locais?

— 2021 — 2020



Administração tributária

Os governos têm feito esforços para simplificar os processos de administração tributária durante a pandemia, particularmente oferecendo consultorias e informações às empresas para ajudá-las a gerenciar os processos com mais facilidade. Cerca de nove entre dez jurisdições (87%) oferecem suporte online para empresas em 2021, o que é compatível com as constatações do ano passado. Ao mesmo tempo, oito em cada dez (79%) oferecem um telefone para suporte. Este dado sofreu ligeira diminuição com relação ao índice de 83% de 2020, sugerindo que alguns governos estão eliminando essas medidas adicionais que foram introduzidas durante o auge da pandemia. No entanto, também há evidências de que algumas formas de suporte estão agora mais amplamente disponíveis do que há um ano, tais como programas de garantia de compliance, que atualmente são oferecidos em um quarto das jurisdições.

Em uma tentativa de atrair investimento estrangeiro direto e reduzir o atrito que as empresas possam enfrentar, as autoridades estão oferecendo orientação através de múltiplos canais. Muitas jurisdições têm serviços em que o suporte é oferecido por telefone, correio ou e-mail, com algumas jurisdições (como a Guatemala) oferecendo serviços de webchat. Outras jurisdições, incluindo Espanha e Austrália, utilizam inteligência artificial como parte desses sistemas de comunicação para responder com mais eficiência as perguntas que as empresas possam ter.

No entanto, a melhoria do acesso à orientação nem sempre é uma solução para a questão subjacente da legislação complexa e às vezes ambígua. Em algumas jurisdições, a legislação pode ser pouco clara e aberta à interpretação, o que é particularmente comum onde novas leis foram introduzidas, mas os precedentes ainda não foram estabelecidos. Nas Filipinas é difícil entender a interpretação oficial das leis contábeis e tributárias, pois os próprios oficiais do governo

podem ter pontos de vista diferentes, uma situação que cria confusão e potencialmente desestimula os investidores estrangeiros.

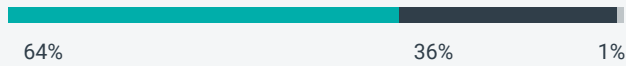
Em mercados com revisões frequentes da legislação tributária, como o Chile, é aconselhável que as empresas recorram a consultores locais que possam auxiliar na interpretação de novas leis. Na verdade, uma minoria crescente de jurisdições exige que as declarações de impostos das empresas sejam elaboradas por um consultor certificado (17% x 12% em 2020).

Um elemento-chave para simplificar a administração tributária é a digitalização dos processos fiscais, a fim de tornar os processos e pagamentos mais simples. Esta não é uma nova tendência e é uma área em que temos visto um progresso contínuo nos últimos anos. Em vez disso, a Covid-19 acelerou tendência de simplificação e digitalização de processos e interações entre empresas e o aparato estatal. Conforme demonstrado no gráfico abaixo, as empresas agora podem pagar quase todos impostos digitalmente. Embora o pagamento eletrônico fosse comum antes da pandemia, a porcentagem de jurisdições onde os impostos não podem ser pagos eletronicamente caiu em muitos tipos diferentes de impostos.

No último ano, alguns governos procuraram eliminar processos redundantes, duplicados ou antiquados para reduzir o tempo e o esforço envolvidos por parte das empresas. Por exemplo, na Tailândia, o Departamento de Receitas e o Ministério do Comércio agora trabalham usando um único número de registro de VAT unificado, enquanto anteriormente cada um tinha seu próprio sistema e identificadores distintos. Da mesma forma, no México, a apresentação de um Relatório de Investimento Estrangeiro trimestral e anual agora é feita por e-mail, ao invés de uma apresentação física direta aos escritórios da Secretaria de Economia.

Quais dos seguintes tipos de impostos melhor descrevem como eles podem ser pagos?

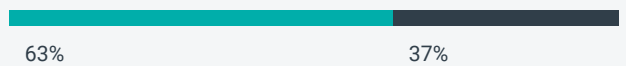
Imposto de renda* / Corporativo



Imposto sobre o valor agregado (IVA) / Imposto sobre bens e serviços (IBS)



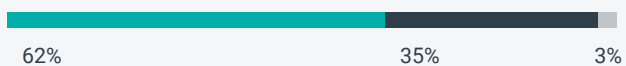
Imposto sobre as vendas



Mais-valias fiscais*

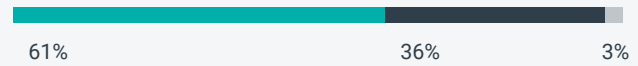


Contribuições para o seguro nacional



- É obrigatório pagar eletronicamente
- Pode ser pago eletronicamente
- Não pode ser pago eletronicamente

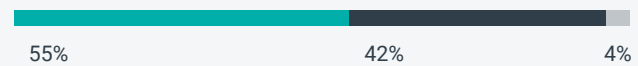
Imposto sobre a folha de pagamento



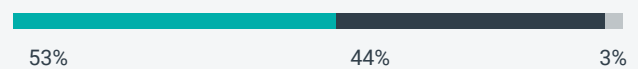
Imposto sobre prêmio de seguro



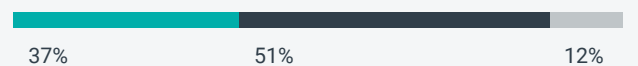
Retenção na fonte*



Imposto especial de consumo



Imposto predial sobre instalações comerciais



* O total não é igual a 100 porque as porcentagens individuais são arredondadas para o número inteiro mais próximo.

Outras jurisdições adotaram plenamente o uso de portais digitais através dos quais as empresas podem interagir com as autoridades fiscais locais. No Chile, a Receita Federal, autoridade tributária local, facilitou o pagamento de impostos e a apresentação de documentação por meio de seu site.

A digitalização pode simplificar substancialmente o processo que as empresas são obrigadas a realizar com as autoridades fiscais. Entretanto, em alguns casos, ela pode produzir um efeito contrário a curto prazo, apresentando mudanças e complexidade. Na Turquia, o Ministério da Fazenda tem trabalhado para digitalizar a maioria dos seus processos de compliance fiscal, a fim de melhorar o ambiente de negócios tanto para investidores locais quanto estrangeiros. Isto está dificultando a operação a curto prazo, mas acredita-se que seja justificado pelos benefícios de longo prazo.

Incentivos e benefícios fiscais

Em resposta aos efeitos combinados do choque econômico e da convulsão social da pandemia da Covid-19, as autoridades fiscais em todo o mundo introduziram medidas de curto prazo para aliviar a carga tributária sobre as empresas. Além de tornar as tarefas administrativas de contabilidade tributária mais simples, as autoridades simplesmente renunciaram certos pagamentos de impostos ou prorrogaram os prazos para ajudar as empresas a se manterem economicamente

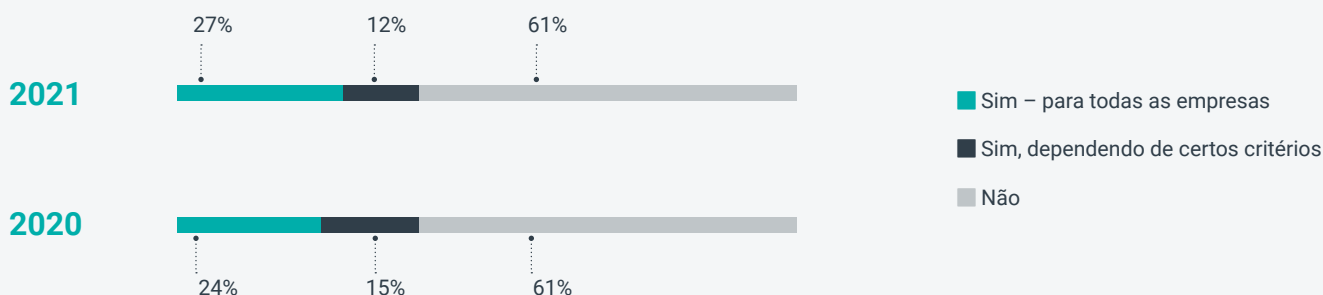
ativas durante tempos difíceis. Nossos especialistas esperam que essas mudanças sejam temporárias para permitir que as empresas resistam às turbulências, e não preveem que permaneçam em vigor a médio e longo prazo. Essas mudanças, no entanto, indicam uma agilidade e flexibilidade que não estavam anteriormente associadas a regimes fiscais, mostrando que há uma capacidade de enfrentar os desafios emergentes em um mundo em constante mudança.

Por exemplo, em jurisdições abrangentes como Canadá, Alemanha e Singapura, as autoridades estenderam os prazos para a apresentação de declarações de impostos. Outras jurisdições adotaram uma abordagem diferente, com a Suíça optando por suspender as penalidades para a apresentação tardia de declarações de impostos. Entretanto, deve-se observar que essa abordagem de curto prazo para reduzir a carga da administração tributária sobre as empresas não era universal: na Rússia, as prorrogações para declarações de impostos não foram aplicadas, portanto, há uma variação local significativa.

Execução fiscal

Tendo em vista os recentes ciclos de estímulo e auxílio econômico em todo o mundo, nossos especialistas preveem que haverá um aumento da carga tributária para as empresas nos próximos anos, à medida que os governos buscam

É obrigatório enviar as notas fiscais de impostos no sistema/portal de uma autoridade tributária?



reduzir seus déficits orçamentários. Isso provavelmente tornará o cenário tributário mais complexo para empresas multinacionais operarem, já que os vários mercados em que atuam mudam a legislação para aumentar a receita tributária, juntamente com uma análise mais ampla das autoridades para impor o pagamento de impostos.

Devido aos crescentes déficits governamentais, muitas jurisdições estão colocando pressão adicional sobre os preços de transferência a fim de garantir uma parcela maior dos lucros das entidades para suas bases tributárias. Esta é uma consideração importante, pois os contribuintes precisarão avaliar o impacto que isso terá em seus negócios. Isso pode resultar no risco de “dupla tributação” da mesma receita por duas jurisdições, ou penalidades por não alocar adequadamente a receita entre duas ou mais jurisdições.

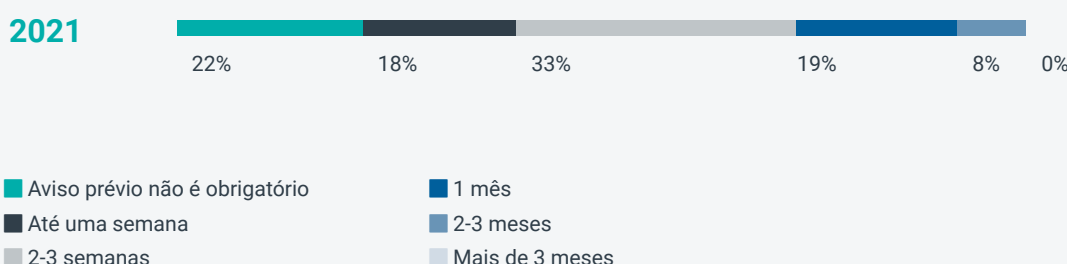
Além disso, o crescente alinhamento internacional entre jurisdições poderia resultar em um padrão mínimo global de imposto corporativo: neste momento a OECD está considerando exigir que as jurisdições se comprometam com um limite mínimo de imposto corporativo. À medida

que as jurisdições em todo o mundo procuram aumentar suas receitas tributárias e os históricos “paraísos fiscais” são incentivados a aumentar as alíquotas de acordo com seus vizinhos, as multinacionais devem se planejar para uma carga tributária maior no futuro.

Com maiores níveis de gastos governamentais e menores receitas tributárias resultantes da pandemia, as autoridades estão colocando maior ênfase na aplicação de impostos. Em jurisdições diversas como Suécia, Nicarágua e África do Sul, nossos especialistas observaram um aumento acentuado no foco da auditoria por parte das autoridades fiscais. Na Tailândia, para citar um exemplo específico, será realizada uma auditoria fiscal para cada restituição de impostos solicitada por uma empresa.

No entanto, observamos uma mudança no prazo de notificação que as autoridades fiscais concedem às empresas: apenas 22% das autoridades fiscais podem realizar uma auditoria sem aviso prévio, em comparação com os 27% apresentados em 2020.

Qual é o período de aviso prévio dado pelas autoridades locais ao realizar uma auditoria fiscal?



GESTÃO GLOBAL DE ENTIDADES

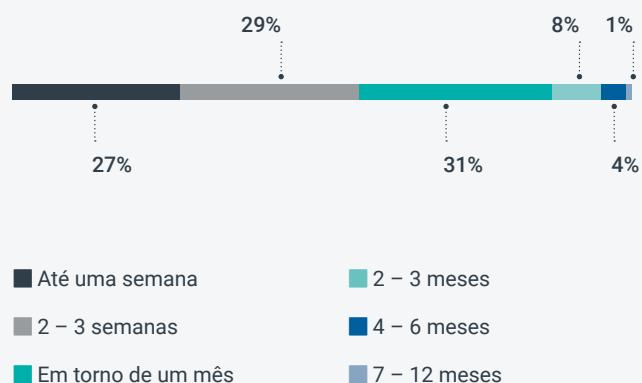
A gestão global de entidades (Global entity management – GEM) envolve qualquer coisa relacionada à criação e ao gerenciamento contínuo de estruturas corporativas. Em um mundo ideal, as regras locais seriam idênticas, permitindo que as corporações gerenciem seu portfólio de entidades como parte de um único grupo. Na realidade, os processos de gerenciamento de entidades diferem consideravelmente entre diferentes jurisdições. O desafio para as empresas é ser capaz de gerenciar essa complexidade local mantendo uma visão global estratégica de gestão de entidades.



Abertura de empresas e outras entidades

O primeiro passo na gestão de uma entidade é constituí-la. Os negócios prosperam com uma rápida tomada de decisões – mas o processo de estabelecimento de uma empresa, ou outra entidade, varia muito entre as jurisdições. Isso significa que as empresas devem se planejar antecipadamente a fim de começar a operar dentro de um prazo viável.

Tempo médio de incorporação - empresas privadas



Na maioria das jurisdições, uma empresa privada pode ser estabelecida em um mês. No entanto, há alguns exemplos notáveis em que a incorporação leva muito mais tempo.



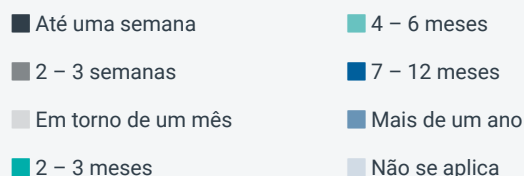
Argentina
Honduras
Venezuela
Taiwan

Em contrapartida, algumas jurisdições têm prazos de incorporação muito menores, com algumas ostentando a capacidade de constituir uma entidade em 24 horas ou menos. Entretanto, mesmo nessas jurisdições, esse rápido tempo de resposta geralmente depende de exigências específicas das entidades de registro. Na Holanda, embora o prazo de incorporação de um dia seja possível, o processo é normalmente mais demorado do que isso, pois as entidades geralmente exigem alterações nos estatutos, que especificam as atividades da empresa, as responsabilidades dos diretores e informações sobre outros assuntos internos.

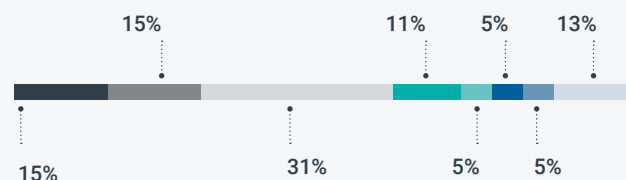
Outros tipos de entidades

Em comparação com as empresas privadas, outros tipos de entidades normalmente demoram mais para se estabelecer globalmente. Por exemplo, empresas públicas (aquelas listadas na bolsa) levam mais tempo devido à carga de compliance adicional para estabelecer uma empresa estatal – em 87% das jurisdições, as empresas privadas podem ser estabelecidas em um mês ou menos, enquanto o mesmo se aplica a apenas 61% das jurisdições quando se trata de empresas públicas. Normalmente, os fundos também levam mais tempo para serem implementados do que as empresas públicas ou privadas, independentemente de serem regulamentados ou não.

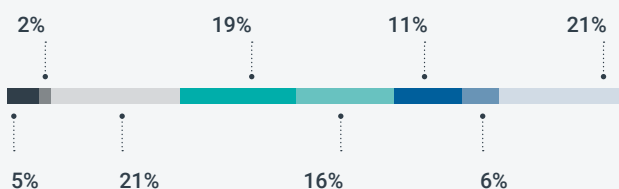
Tempo médio necessário para estabelecer empresas públicas, fundos regulamentados e fundos não regulamentados



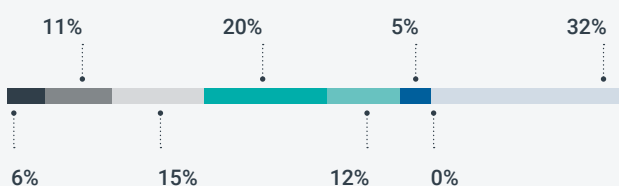
Empresas públicas



Fundos regulamentados*



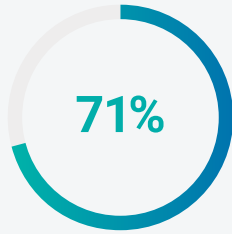
Fundos não regulamentados*



* O total não é igual a 100 porque as porcentagens individuais são arredondadas para o número inteiro mais próximo.

Processos que exigem registro junto a dois ou mais órgãos

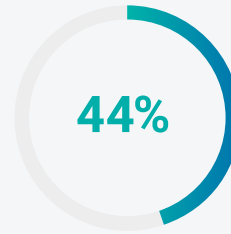
Estabelecer um fundo regulamentado



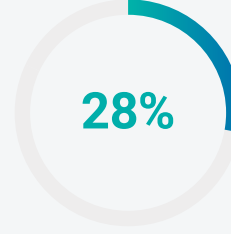
Obtenção de autorizações/licenças



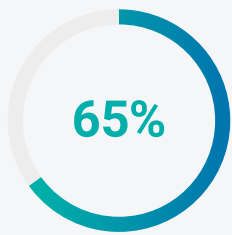
Recrutamento de funcionários



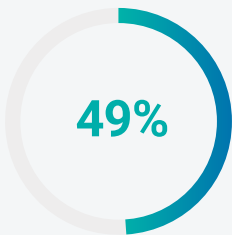
Abrir uma conta bancária



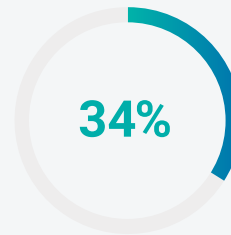
Abertura de empresa



Registro de instalações



Registro junto às autoridades sociais relevantes



Registro junto às autoridades fiscais



Da incorporação ao pleno funcionamento

Outro aspecto que influencia o tempo necessário para começar a operar é o número de autoridades ou outros órgãos que as empresas devem notificar. Por exemplo, muitas jurisdições exigem que autoridades específicas sejam informadas para áreas particulares de operação de negócios. Novas entidades podem ter que notificar diferentes órgãos para recrutar funcionários, obter licenças específicas para operar em um determinado setor, registrar suas instalações comerciais, e assim por diante. Na maioria dos casos, a própria incorporação requer, na verdade, a notificação de pelo menos duas autoridades – ou seja, não há uma única autoridade central para questões de incorporação.

Outras atividades também requerem frequentemente a notificação com duas ou mais autoridades, o que significa que o número total de notificações que as empresas devem fazer pode aumentar rapidamente. Curiosamente, constituir um fundo regulamentado é a área onde a maioria das jurisdições exige que mais de dois órgãos sejam notificados, talvez explicando por que o tempo para estabelecer um fundo costuma ser longo.

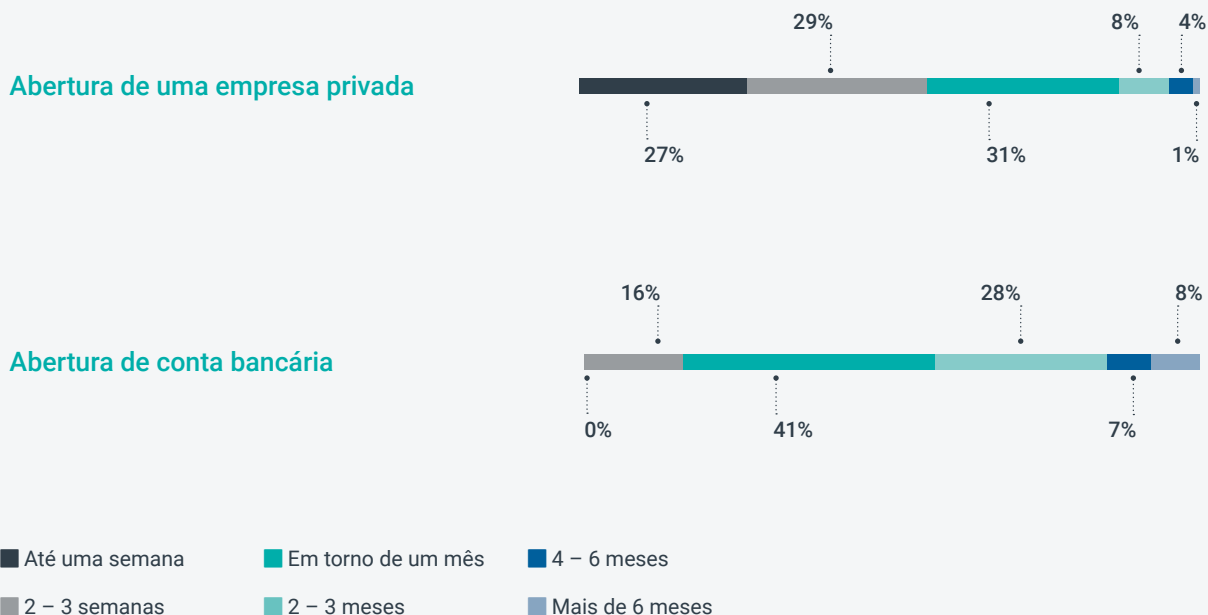
Há também uma variação regional significativa nas exigências em torno desses processos. Por exemplo, para o processo de incorporação, na América do Sul é necessário notificar uma média de quatro a cinco órgãos. Em contrapartida, a média para todas as outras regiões é de apenas de dois a três.

Complexidade do setor privado

Em alguns casos, os atrasos na instalação podem não ser oriundos do governo jurisdicional, mas de órgãos do setor privado, como os bancos. Em muitas jurisdições, os bancos são altamente regulamentados e realizam amplas verificações antes de criar entidades com contas bancárias corporativas, especialmente quando as contas são abertas no exterior. Em média, abrir uma conta bancária no exterior leva mais tempo do que o processo de abertura de empresas.

Em algumas jurisdições, existem prazos muito diferentes para a abertura de empresas e de contas bancárias. Por exemplo, em Malta, Hong Kong e na Holanda, a incorporação geralmente ocorre em uma semana ou menos, enquanto a abertura de uma conta bancária no exterior leva mais de seis meses.

Tempo médio para abrir uma empresa e uma conta bancária



Requisitos de equipe para o GEM

Muitas empresas têm um secretário corporativo dedicado, uma posição específica para a administração de uma entidade dentro de uma jurisdição particular. No entanto, os dados do GBCI 2021 mostram que apenas 25% das jurisdições globalmente exigem um secretário corporativo por lei, com 3% exigindo que ele atue em algumas partes do seu território (como em estados específicos, por exemplo). Porém, embora a posição oficial não seja frequentemente exigida, há evidências de que as responsabilidades da administração da entidade estão se tornando mais profissionalizadas. Em 45% das jurisdições, uma qualificação é necessária para preparar mudanças corporativas ou apresentações estatutárias em nome de uma pessoa jurídica – registrando um aumento com relação aos 37% apresentados no ano passado.

Além disso, não é necessário apenas uma equipe interna para o gerenciamento da entidade, pois muitas jurisdições exigem que outros profissionais ou indivíduos participem ou tratem os procedimentos relacionados ao GEM. Por exemplo, como parte da incorporação, cartórios, procuradores, advogados e bancos são frequentemente solicitados.

Quatro em cada cinco jurisdições exigem que algum tipo de terceiro esteja presente como parte do processo de abertura de empresas, e isso se manteve estável desde 2020. No entanto, a porcentagem de jurisdições que solicitam cartórios e procuradores aumentou desde o ano passado. Vale ressaltar que esses terceiros podem estar sujeitos a restrições particulares. No México, por exemplo, é necessário um representante legal que também seja um residente local do país.

Porcentagem das jurisdições que exigem cada tipo de profissional como parte do processo de incorporação

■ 2021 ■ 2020

Cartórios



Advogados



Outros



Bancos



Procuradores



Nenhum desses



RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO



Salário mínimo, férias remuneradas e licença médica são os três principais benefícios obrigatórios em todo o mundo

Os requisitos para o fornecimento de benefícios aos funcionários têm permanecido consistentes desde 2020, especialmente os mais padronizados, como salário mínimo, licença médica e licença maternidade paga. Houve um aumento na exigência de férias remuneradas, que agora é obrigatória em quase todas as jurisdições.

Olhando para os benefícios mais progressistas, tais como subsídio para creche e contribuições habitacionais ou de assistência social, houve aumentos na exigência legal desses benefícios para funcionários permanentes desde 2020. Esta mudança tem sido impulsionada pelas jurisdições da APAC e EMEA, demonstrando algumas mudanças regionais desde o ano passado, e representa uma tendência em direção a uma cultura de trabalho mais voltada para os funcionários e mais solidária.

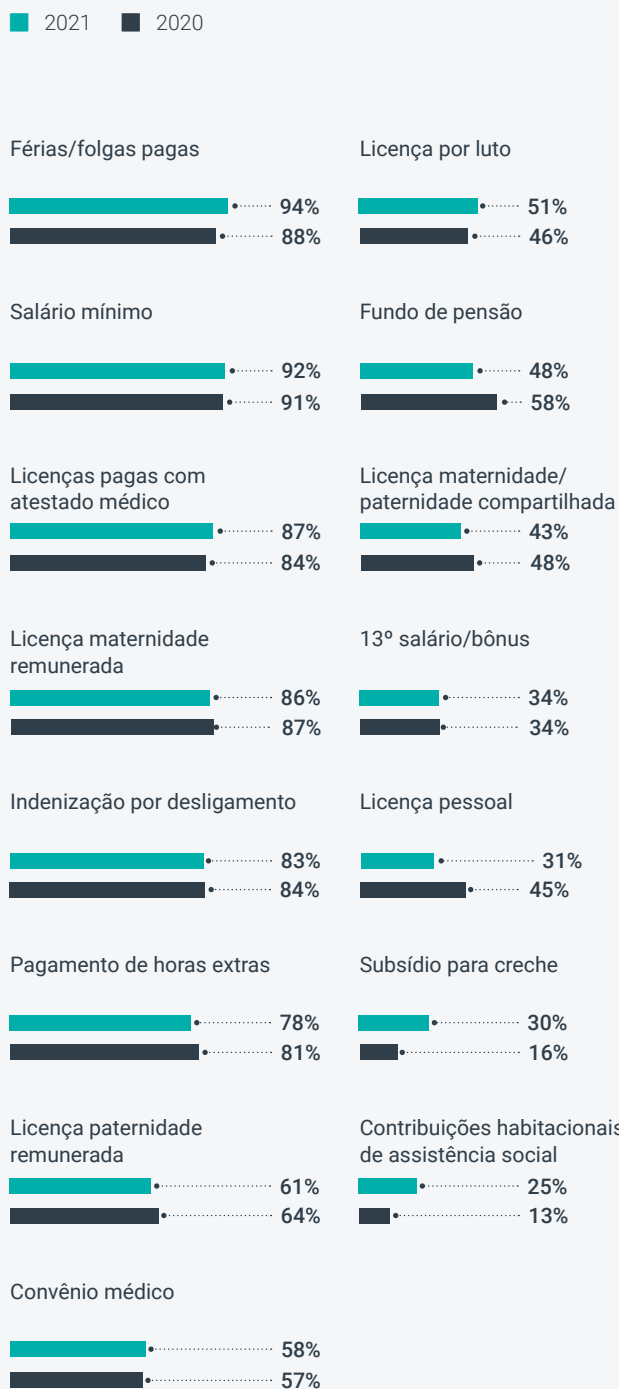
Existem também algumas diferenças regionais interessantes no que diz respeito a certos benefícios. Por exemplo, as jurisdições sul-americanas são protagonistas na exigência pelo 13º salário e licença paternidade, maternidade ou compartilhadas, todas remuneradas.

Há também algumas nuances jurisdicionais interessantes quando se trata de licença maternidade. Na Bulgária, por exemplo, a licença maternidade é de 12 meses para todas as funcionárias. No México, o processo de solicitação de licença maternidade é digitalizado, com empregadores e representantes legais aptos a submeter aprovação do pedido de forma online.

Na Grécia, existe a obrigatoriedade de pagar o equivalente a 14 meses de salário em 15 prestações desiguais, o que aumenta a complexidade desta jurisdição, que ocupa a 13ª posição no GBCI 2021.

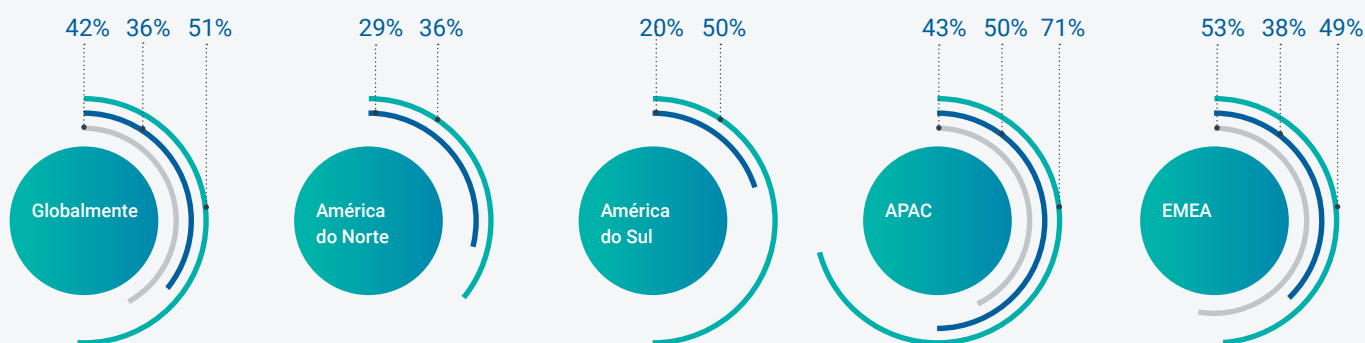
Quando deparamos com as compensações não salariais, observamos que elas estão cada vez mais sujeitas à tributação, principalmente na APAC. Em 2019, 43% das jurisdições exigiam a tributação de compensações não salariais, subindo para 51% em 2021.

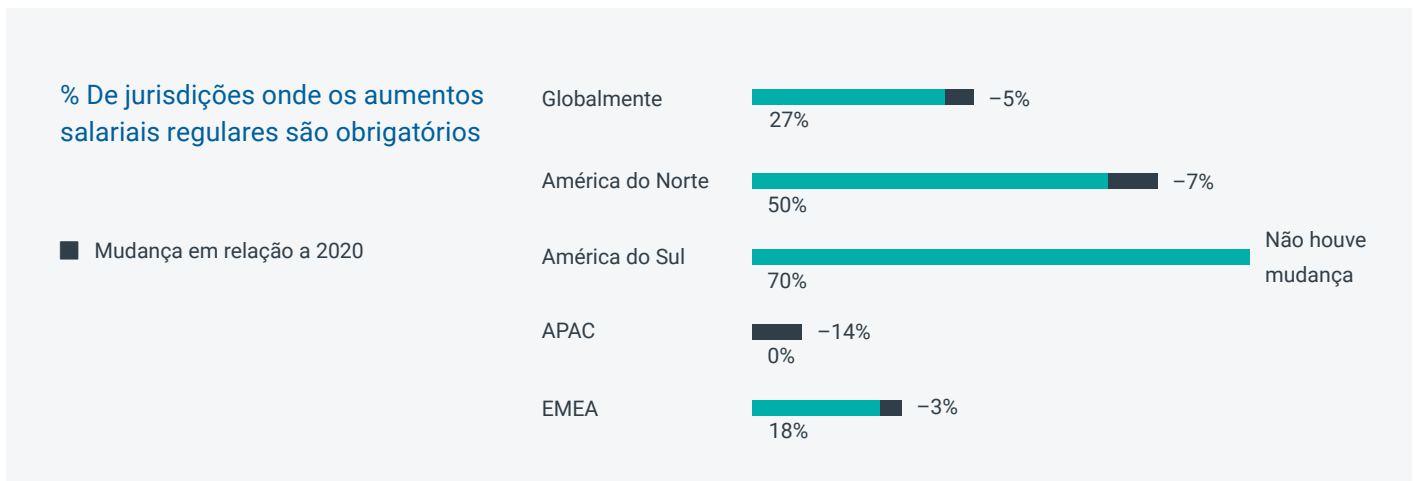
Benefícios legalmente exigidos a serem oferecidos aos funcionários permanentes



As compensações não-salariais são tributáveis? (% para resposta afirmativa)

■ 2019 ■ 2020 ■ 2021





Há uma mudança global em relação à obrigatoriedade de aumentos salariais regulares, embora continue sendo comum na América do Sul

Na América do Norte, 50% das jurisdições exigem aumentos salariais regulares. Este também é o caso em 70% das jurisdições da América do Sul. Nenhuma jurisdição da APAC e apenas uma pequena porcentagem na EMEA exigem tais aumentos, demonstrando as reais diferenças regionais nesta área.

Desde 2020, a frequência da ocorrência de jurisdições nas quais os aumentos salariais regulares são obrigatórios diminuiu em 5%. A maior variação nesse sentido pode ser observada na América do Norte e na APAC, onde os aumentos salariais obrigatórios caíram 14%.

No entanto, um número considerável de jurisdições ainda está exigindo aumentos salariais, em alguns casos para resolver problemas causados pela inflação potencialmente piorou devido ao impacto da Covid-19. Luxemburgo é um exemplo em que a indexação salarial é obrigatória e baseada nos índices de inflação.

As empresas são cada vez mais obrigadas a fornecer relatórios de funcionários a seus governos

A porcentagem de jurisdições onde são exigidos relatórios de funcionários para todas as organizações têm aumentado continuamente para dados da folha de pagamento, remuneração individual, bônus para funcionários, detalhes sobre funcionários nacionais e estrangeiros e demografia dos funcionários. Isso demonstra um movimento em direção a uma maior transparência. Ao monitorar essas informações, as organizações são responsabilizadas por como dão suporte a seus funcionários, e os governos nacionais podem construir bases de dados confiáveis para fundamentar políticas.

Enquanto muitos desses tipos de relatórios estejam se tornando comuns em todo o mundo, exigir a medição da disparidade salarial entre gêneros continua a ser um movimento raro por parte dos governos. Na Suíça, por exemplo, o governo tomou medidas para monitorar mais de perto a lacuna salarial, exigindo que as empresas com mais de 100 funcionários realizem verificações regulares de equidade salarial.

No Reino Unido, no entanto, onde os relatórios sobre as disparidades salariais de gênero estão previstos em lei, os relatórios foram suspensos até outubro de 2021, para aliviar a carga de trabalho para empresas e profissionais de RH durante a pandemia da Covid-19. Nossos especialistas acreditam que este é apenas um revés de curto prazo para o que gradualmente se tornará mais comum em todo o mundo.

Observando a frequência com que esses relatórios devem ser apresentados, vemos que os relatórios de funcionários mais comumente exigidos, como o de dados da folha de pagamento e remuneração individual, também são os mais frequentemente declarados.

Essa necessidade frequente por relatórios pode aumentar a complexidade devido à exigência de documentação física em algumas jurisdições. Por exemplo, as empresas em Honduras devem apresentar relatórios quadrimestrais que incluam informações salariais a diferentes instituições, e geralmente são apresentados em cópia impressa, aumentando a carga de compliance administrativa para as empresas que operam nesta jurisdição.

Os parâmetros mais frequentemente considerados para os cálculos da folha de pagamento bruta para a líquida

Quando se trata de parâmetros considerados para o cálculo da folha de pagamento bruta para a líquida, o mais comum são as atualizações jurídicas e relacionadas ao RH, com 71% das jurisdições relatando que este parâmetro é considerado. Os menos comuns são os fatores socioeconômicos, analisados em apenas 13%.

Porcentagem das jurisdições onde as empresas devem fornecer relatórios às autoridades governamentais sobre os seguintes assuntos

2019 2020 2021

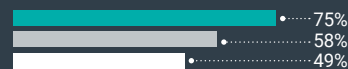
Dados da folha de pagamento



Remuneração individual



Bônus para funcionários



Detalhes sobre funcionários estrangeiros



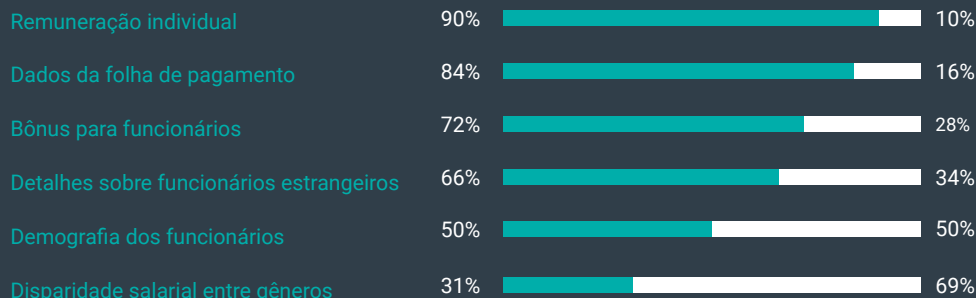
Demografia dos funcionários



Disparidade salarial entre gêneros



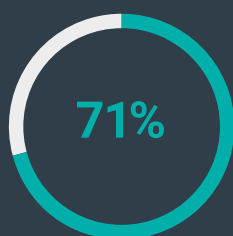
Frequência de apresentação de relatórios de funcionários onde eles são exigidos em uma jurisdição em 2021



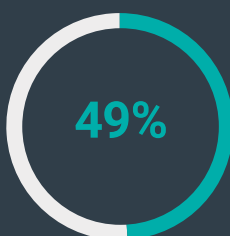
■ Pelo menos uma vez a cada 3 meses
 ■ Menos frequente do que a cada 3 meses

Parâmetros considerados para o cálculo da folha de pagamento bruta para a líquida em 2021

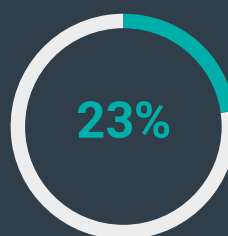
Atualizações jurídicas e relacionadas ao RH



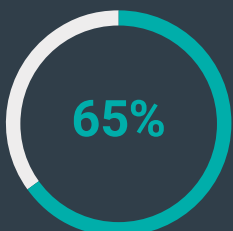
Tipo de funcionário (por exemplo, gênero, renda)



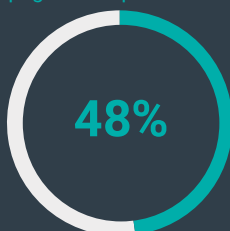
Região ou cidade



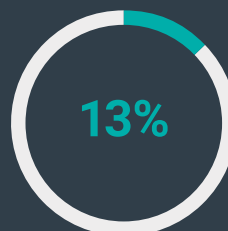
Cálculos retroativos



Número de folhas de pagamento por mês



Fatores socioeconômicos



DEZ JURISDIÇÕES MENOS COMPLEXAS



68 Ilhas Maurício



As Ilhas Maurício são uma jurisdição muito atrativa para o investimento estrangeiro. A ilha é estrategicamente colocada como “a porta de entrada para a África” e tem fortes ligações comerciais com a Índia. As Ilhas Maurício possuem força de trabalho bem instruída e bilíngue, e seu status político a torna um ambiente altamente estável e atrativo para as empresas.

No entanto, a jurisdição está atualmente na “lista cinza” do Grupo de Ação Financeira Internacional (Financial Action Task Force – FATF) e foi identificado como um “país de terceiro mundo de alto risco” pela UE. Como tal, as transações que passam pela jurisdição são atualmente consideradas com maior risco de envolvimento na lavagem de dinheiro e estão sujeitas a um escrutínio extra. A fim de ser removidos dessas listas, esforços estão sendo feitos para alinhar as Ilhas Maurício aos regulamentos internacionais. Um exemplo de internacionalização das Ilhas Maurício é sua decisão de se alinhar com a estrutura do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (General Data Protection Regulation – GDPR) da UE, apesar de não se encontrarem na Europa.

“ A estrutura legal e regulamentar em vigor nas Ilhas Maurício ajuda a garantir os interesses dos investidores estrangeiros. As instituições governamentais e os prestadores de serviço altamente qualificados podem respaldar o estabelecimento e a condução de atividades comerciais aqui.”

69 El Salvador



El Salvador aumentou os esforços para atrair investidores estrangeiros e um dos elementos que impulsionaram a simplificação nesta jurisdição são as regras e regulamentações menos onerosas para os investidores estrangeiros. Por exemplo, o país não implementou a legislação de UBO – algo que pode envolver um processo demorado nas jurisdições vizinhas. Isso torna o início de negócios estrangeiros mais simples, mas a jurisdição está menos alinhada aos esforços internacionais na implementação de legislação que visa proporcionar transparência do beneficiário único.

Outros impulsionadores para simplificar os processos na jurisdição são a capacidade de usar dólares americanos como moeda e seu sólido setor bancário. Isso a torna mais atrativa para aqueles que vêm dos Estados Unidos para operar em El Salvador.

Além disso, as medidas implementadas no final de 2020 e durante 2021 em resposta à pandemia da Covid-19, e os esforços de vacinação que estão sendo feitos, indicaram que as empresas não sofreram restrições adicionais que foram implementados em outras jurisdições da região.

70 Holanda



Embora a Holanda tenha sido tradicionalmente um paraíso para as organizações que buscam um regime tributário vantajoso, há menos entidades se estabelecendo unicamente com esse objetivo em mente, de modo que a legislação tributária se tornou menos favorável. Por exemplo, a jurisdição se mantém atualizada das tendências na legislação de compliance – implementou recentemente um registro de Beneficiário Final (UBO), que entrou em vigor em 2020. No entanto, com base em seu legado, a jurisdição é considerada um ambiente favorável aos negócios, oferecendo abertura ao comércio internacional e uma cultura altamente orientada aos serviços.

A Holanda é um ambiente altamente digitalizado. O registro de UBO apresentado recentemente já está digitalizado, com os indivíduos envolvidos apenas enviando uma cópia digitalizada do passaporte para serem identificados – um processo que também pode ser feito no exterior. As reuniões de conselho são permitidas digital e presencialmente. Este ecossistema digital indicou que as autoridades holandesas lidaram bem com a pandemia, com entidades incorporadas e operando no modo “business as usual”.

A Holanda também é uma jurisdição bem instruída e altamente qualificada. Há um número significativo de provedores para qualquer serviço corporativo de que entidades novas ou em expansão possam precisar. Além disso, grande parte da população é altamente proficiente em idiomas não nativos, particularmente o inglês, mas também em outros idiomas europeus e globais. Isso permite interações eficazes com as autoridades, mas também proporciona uma força de trabalho mais ampla e capaz de se valer às empresas.

“ A Holanda oferece um ambiente corporativo muito estável e uma infraestrutura com foco internacional para os investidores.”

71 Estados Unidos



Os EUA têm um ambiente legislativo muito simples, particularmente a nível federal, embora as diferenças entre estados possam aumentar a complexidade para as empresas. O sistema contábil em particular é predominantemente baseado em trust, uma vez que não há requisitos para apresentar contas, contrastando com outros locais nas Américas onde os requisitos de apresentação de relatórios mensais são, muitas vezes, incrivelmente detalhados.

O processo de abertura de empresas é simples e sequencial, apesar de exigir comunicação com múltiplos níveis de governo. As empresas são obrigadas a notificar o governo estadual local sobre sua intenção de incorporação, antes de solicitar uma identificação fiscal do governo federal, que normalmente é devolvido em dois dias se o processo for feito online. A identificação fiscal permite a criação de uma conta bancária corporativa, o que faz com que todo o processo de abertura e funcionamento de uma empresa leve, geralmente, cerca de duas a três semanas.

“ Os EUA têm um conjunto de regulamentações federais aplicáveis a todas as entidades, no entanto os investidores devem lembrar que as regulamentações legais, comerciais e fiscais podem variar consideravelmente entre estados. Uma análise inicial clara do cenário, durante o planejamento legal e tributário, é fundamental para evitar surpresas desagradáveis.”

No entanto, a complexidade regional pode intervir quando se trata do gerenciamento contínuo da entidade. Os impostos são definidos a nível estadual, portanto, há diferentes impostos a serem pagos em diferentes estados, bem como diferentes limiares para eles. Os impostos de renda também são cobrados em nível estadual, portanto, as empresas que empregam funcionários em vários estados devem acompanhar as práticas locais de folha de pagamento – algo que se tornou mais comum à medida que o trabalho remoto se tornou predominante em função da Covid-19.

Há possíveis mudanças remotas dentro do sistema fiscal, com o novo presidente Joe Biden estabelecendo uma agenda de aumento de impostos corporativos, com os estados mais favoráveis aos negócios, como Delaware, em vista. No entanto, qualquer mudança levará tempo para ser implementada, pois terá que ser debatida e ratificada, dando tempo de ação suficiente para as empresas.

72 Ilhas Virgens Britânicas



Tal como acontece com outras jurisdições insulares que figuram na ponta menos complexa do GBCI, grande parte dos negócios nas Ilhas Virgens Britânicas (IVB) concentra-se em reter ativos para empresários e famílias ricas. Abrir uma empresa para fins diferentes é simples e existe uma grande flexibilidade na estrutura jurídica das empresas, permitindo que os investidores adaptem seus veículos de investimento para seus próprios fins.

“ As IVB oferecem formas rápidas e fáceis de montar estruturas, tanto para negócios operacionais como para retenção de ativos. A flexibilidade oferecida aqui é ideal para clientes exigentes que trabalham além das fronteiras.”

A contabilidade e os impostos são uma área muito simples, sem imposto de renda de pessoa jurídica, o que simplifica a contabilidade. Não existem obrigações para apresentação de contas, a menos que a empresa esteja em um setor regulamentado, o que raramente se aplica a indivíduos que desejam reter ativos.

A infraestrutura jurídica na ilha é incrivelmente estável, com a presença de advogados talentosos e uma variedade de firmas para escolher, uma vez que a natureza dos negócios na ilha muitas vezes requer perícia jurídica (por exemplo, ofertas públicas iniciais (Initial Public Offering - IPO) são frequentemente constituídos nas IVB).

Os processos corporativos não são totalmente digitalizados – os selos de documentos são automatizados, mas os carimbos não. No entanto, isso não é uma barreira ao comércio devido ao tamanho da ilha. Grande parte da infraestrutura jurídica e de serviços está agrupada em torno de um pequeno centro comercial, e as autoridades são ágeis para disponibilizar qualquer documentação física necessária.

73 Curaçao



Curaçao tem sido tradicionalmente utilizada como um centro financeiro para entidades corporativas com suas operações predominantemente baseadas em outros lugares. As regulamentações de conteúdo econômico global sinalizam que esta prática é quase impossível do ponto de vista fiscal sem mover a sede para Curaçao, mas a jurisdição continua sendo um destino atrativo para pessoas físicas que buscam administrar seu patrimônio offshore em entidades criadas para esse fim. Muitos desses indivíduos são da América do Sul, para quem Curaçao oferece um lugar próximo e seguro para realização de grandes investimentos. A jurisdição também não adotou um registro único de UBO, o que significa que os indivíduos não são obrigados a se identificar como proprietários dos veículos de investimento, o que muitos preferem do ponto de vista de privacidade e segurança.

A ilha tem um processo de incorporação simples, que normalmente leva cerca de dois dias, e nos últimos quatro anos as declarações de impostos foram digitalizadas. Embora nem todos os aspectos da gestão da entidade sejam digitalizados, a pequena extensão geográfica da ilha sinaliza que os processos manuais e presenciais, como a entrega de cartas, não são árduos. O governo também trabalha em colaboração com empresas líderes da indústria para fazer mudanças na legislação, como as recentes discussões sobre a redução de certos requisitos de licenciamento que existem desde a década de 1970, como a exigência de uma licença de câmbio ao abrir uma conta bancária em uma moeda estrangeira.

“ Curaçao está aberta a investidores estrangeiros e é uma das ilhas mais desenvolvidas do Caribe. Ainda aconselhamos a adoção de prestadores de serviços ao configurar seu negócio, para garantir que ele esteja totalmente em compliance.”

Comparada a jurisdições insulares semelhantes, como as Ilhas Cayman e as Ilhas Virgens Britânicas, Curaçao é um pouco mais complexa em termos de RH e folha de pagamento. Por exemplo, as pessoas físicas são obrigadas a pagar imposto de renda e diferentes tipos de contribuições previdenciárias em Curaçao, o que não acontece nas outras duas ilhas, sinalizando que as empresas terão que gerir isso como parte do processamento salarial. O desligamento de funcionários também é complexo, no momento, pois é difícil de se fazer antes da dissolução da própria empresa e envolve o envio de documentação administrativa complexa às autoridades trabalhistas.

74 República da Irlanda



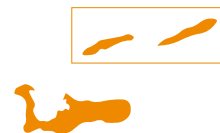
A República da Irlanda é conhecida por ser um local atrativo para investir em mercados de capitais. O setor está estabelecido há muito tempo, portanto há uma riqueza de conhecimento e talento local, e as autoridades reguladoras estão interessadas em trabalhar com as empresas para resolver problemas. Como resultado de estar na UE, a República da Irlanda adotou muitas iniciativas de compliance, incluindo a lei Anti-Lavagem de Dinheiro (Anti-Money Laundering - AML) e erosão de bases e regras de transferência de lucros, que impedem que as empresas direcionem seu capital através da República da Irlanda enquanto estão sediadas em outros lugares. Também é importante notar que os investidores do mercado de capitais são frequentemente “pegos” por essas regras, apesar de serem mais voltadas para as empresas tradicionais.

Devido à saída do Reino Unido da UE, a República da Irlanda é agora a nação de língua inglesa predominante dentro do bloco, o que indica que é um centro comercial cada vez mais popular para aqueles que buscam acesso ao mercado único. Dado que sua estrutura jurídica é relativamente semelhante à do Reino Unido, a República da Irlanda também é uma das principais escolhas para as empresas sediadas no Reino Unido que procuram estabelecer escritórios subsidiários para manter o acesso ao mercado único.

A Covid-19 também desencadeou o lançamento do arquivamento eletrônico em toda a República da Irlanda. A jurisdição encontra-se também em fase de implantação de um plano nacional de banda larga, cujo objetivo é garantir que todas as propriedades da jurisdição tenham acesso a fibra ótica de alta velocidade. É provável que este plano seja um grande trunfo na transição para mais trabalho remoto, pois as empresas poderão garantir que os funcionários tenham acesso a conexões de banda larga de alta velocidade e qualidade nos próximos anos.

“ A República da Irlanda continua a ser a principal jurisdição para investimentos, seja o seu foco em fundos e mercados de capitais, ou no estabelecimento de sedes regionais. Com regimes tributários estáveis, justos e competitivos, conhecimentos linguísticos e um profundo pool de talentos.”

75 Ilhas Cayman



Como uma jurisdição fiscal neutra, as Ilhas Cayman são extremamente simples do ponto de vista do cumprimento das regulamentações contábeis e fiscais. Olhando para o GBCI 2020, as Ilhas Cayman subiram ligeiramente para a 69ª posição devido à nova legislação em torno de exigências locais expressivas que entraram em vigor no início de 2020. As empresas agora estão familiarizadas com essas atualizações e as Ilhas Cayman voltaram a ser uma das jurisdições mais simples do mundo.

“ As Ilhas Cayman continuam muito otimistas em relação ao investimento estrangeiro direto. Possui uma estrutura legal e regulatória bem estabelecida, neutralidade fiscal e oferece prestadores de serviço altamente qualificados.”

O processo de constituição de uma empresa nas Ilhas Cayman é extremamente rápido e objetivo. O processo normalmente leva de dois a três dias, com uma “opção expressa” de 24 horas disponível. A Covid-19 levou a um ligeiro aumento do tempo de processamento nos departamentos governamentais, mas no geral o impacto tem sido mínimo.

Um novo parlamento foi recentemente empossado nas Ilhas Cayman, e no topo da lista de prioridades estará a remoção da jurisdição da “lista cinza” do Grupo de Ação Financeira Internacional (Financial Action Task Force – FATF), que sinaliza as jurisdições nas quais não há legislação o suficiente contra a lavagem de dinheiro. O compliance de todos os aspectos do FATF (com foco em áreas como a aplicação de regras) será revisto em julho de 2021 e espera-se que a jurisdição seja removida da lista cinza e evite ser adicionada à própria lista cinza da UE.

76 Hong Kong



Considerada como o “centro financeiro da Ásia-Pacífico”, Hong Kong é classificado como a segunda jurisdição mais simples para operar globalmente.

Um fator importante por trás desta prestigiosa posição é a natureza altamente estruturada e clara das leis trabalhistas e de RH. Por exemplo, os fundos de pensão são obrigados a permanecer em uma cota de 5% do salário de um funcionário, limitado a HK\$ 1.500/mês. Esta regra única faz com que seja um cálculo muito simples para as empresas.

Hong Kong é uma jurisdição que abraçou completamente a globalização e o alinhamento internacional. Na área de contabilidade, por exemplo, a jurisdição segue o princípio contábil de Hong Kong, mas ele é altamente alinhado com o IFRS.

“ Hong Kong tem um dos sistemas tributários mais atrativos do mundo: não há VAT, nem imposto sobre ganhos de capital ou imposto sobre dividendos. A abertura de uma empresa aqui é relativamente simples e rápida, especialmente se feita eletronicamente.”

Embora faça parte politicamente da China, a política de “um país, dois sistemas” permitiu que Hong Kong seguisse um sistema jurídico historicamente separado. Há preocupações crescentes de que, com o aumento da guerra comercial EUA-China, a tensão política com a China e outros países ao redor do mundo também possa impactar Hong Kong. É um cenário político em rápida mudança, e há risco de que Hong Kong precise se alinhar mais estreitamente com as regulamentações da China, o que poderia acrescentar uma complexidade significativa à jurisdição no futuro, potencialmente desencorajando o investimento estrangeiro.

77 Dinamarca



A posição da Dinamarca como a jurisdição mais simples para fazer negócios no GBCI de 2021 é impulsionada por um processo de incorporação simples, altos níveis de anglicização e um compromisso com a digitalização.

Na Dinamarca, uma empresa pode ser incorporada dentro de um dia, devido ao fato de que existe um único ponto de entrada para todos os registros, e todos os órgãos e organizações necessários são automaticamente notificados. Isso significa dizer que não há necessidade de realizar registros manuais junto a autoridades comerciais e à administração fiscal. O rápido processo de incorporação é facilitado pela excepcional fluência digital na jurisdição.

O outro fator chave para a simplicidade na jurisdição é o fato de que a documentação necessária pode ser acessada e enviada em inglês. O governo dinamarquês continua a traduzir cada vez mais áreas de seus serviços on-line relacionadas à incorporação e operação, para facilitar os processos para aqueles que estão mais familiarizados com o idioma inglês.

A Dinamarca também tem oferecido pacotes de apoio às empresas que enfrentam dificuldades durante a pandemia de Covid-19. No entanto, é importante notar que os pedidos para este tipo de suporte podem ser complexos, mostrando o desafio que a pandemia representou até mesmo para a mais simples das jurisdições.

CONCLUSÃO

Embora a Covid-19 tenha sido o principal tema de negócios nos últimos meses, o GBCI 2021 demonstra que o mundo já era um lugar muito complexo fora da pandemia. Muito do conteúdo abordado neste relatório continuará a ser destacado depois que a pandemia for mitigada, embora sua importância seja inegável.

Em algumas áreas, a pandemia aumentou a complexidade, com as fronteiras fechadas criando barreiras ao comércio e à circulação de funcionários, e lockdowns que causaram a retração das economias. Ao mesmo tempo, acelerou muitos processos, especialmente em direção à interação digital entre governos e empresas, cujos benefícios devem ser percebidos nos próximos anos. A digitalização permite uma comunicação mais rápida e uniforme para elementos indispensáveis para o setor administrativo, como incorporação e arquivamento, e uma infraestrutura digital fácil utilização também torna uma jurisdição muito mais atrativa para as empresas prospectas.

Os governos nacionais nem sempre têm controle total sobre o ambiente legislativo dentro de sua jurisdição, ao promulgar leis elaboradas por órgãos internacionais ou para alinhar seu país aos padrões e melhores práticas globais. Organizações como a OECD e a UE estão desempenhando um papel cada vez mais proeminente na regulamentação do ambiente corporativo, particularmente nas áreas do comércio internacional relacionadas ao combate à evasão fiscal, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

Conjuntamente à essas complexidades, os governos estão tentando garantir que as empresas ajam de forma responsável, resultando em um aumento nas obrigações de apresentação de relatórios e mais obrigações para os funcionários. Isso penalizará, com razão, as empresas que agem de forma irresponsável, mas também deixará muitas empresas com uma carga administrativa maior do que antes. Além disso, podem acabar pagando taxas de impostos mais altas e gastando mais em folha de pagamento e benefícios de funcionários como consequência da mudança para uma gestão responsável.

Olhando para 2022, há claras incertezas a curto e médio prazo para as empresas lidarem



A velocidade com que a economia global se recuperará dos efeitos da Covid-19.

A medida em que os funcionários vão preferir trabalhar em escritórios físicos.

Até que ponto os governos vão apoiar o mundo empresarial conforme ele sair da crise.

Ao considerar estes aspectos, é vital que as empresas também se lembrem que o ambiente legislativo global e local em que operam provavelmente mudará também, e mesmo as jurisdições que estão empenhadas em se simplificarem não o farão da noite para o dia.

METODOLOGIA

O Índice Global de Complexidade Corporativa foi criado pela TMF Group, os especialistas em complexidade empresarial global e local, e o Savanta Group, uma agência especializada em pesquisa de mercado. Combinando o conhecimento específico do assunto com uma base de dados e análises sólidas, o GBCI 2021 baseia-se em uma robusta pesquisa multimétodo.

O índice é gerado a partir de uma pesquisa aprofundada dos especialistas em mercado da TMF Group em 77 jurisdições, e os dados também são comparados aos resultados da pesquisa utilizados no Relatório GBCI do ano passado. A pesquisa abrange três áreas de atuação da empresa:

- Contabilidade e impostos
- Gestão global de entidades
- RH e folha de pagamento

Os dados para cada jurisdição foram estatisticamente ponderados e combinados para produzir uma pontuação de complexidade geral, bem como uma pontuação em cada uma das três áreas. Os visuais são baseados nos resultados da pesquisa ao longo de 2020 e 2021. Aqueles que responderam “não sei” na pesquisa foram excluídos da análise.

Sobre o Savanta Group

Savanta é uma empresa de dados, pesquisa e consultorias em rápido crescimento. Nós informamos e inspiramos mudanças por meio da coleta de dados e análises de última geração em uma variedade de setores.

GLOSSÁRIO

| | | | |
|-----------------------------|---|---------------------|--|
| AML | Anti-lavagem de dinheiro refere-se a um conjunto de leis e regulamentos que visam impedir os criminosos a reivindicar fundos ilícitos como renda legítima. | GDPR | O Regulamento Geral de Proteção de Dados é uma lei da União Europeia que estabelece regras para a proteção dos dados pessoais dos cidadãos da UE. |
| BEPS | Erosão de base e transferência de lucros refere-se a estratégias de evasão fiscal utilizadas pelas multinacionais, e as regulamentações da OECD utilizadas para combatê-las. | Globalização | A globalização é um processo de convergência global em que economias e culturas se tornam cada vez mais interligadas e alinhadas em todo o mundo. |
| CRS | O Common Reporting Standard é uma iniciativa da OECD para combater a evasão fiscal. As jurisdições participantes devem exigir que as instituições financeiras em suas jurisdições divulguem anualmente informações sobre as contas financeiras mantidas com eles por residentes estrangeiros, e exigir que a autoridade regulatória local relevante troque informações relevantes com o país de residência do titular da conta. | IFRS | As International Financial Reporting Standards são um conjunto de normas globais emitidas pela fundação IFRS e pelo International Accounting Standards Board. |
| Substância econômica | A substância econômica é um princípio em imposto internacional que determina que um nível justo de atividade econômica local deve existir para que uma empresa possa reivindicar residência fiscal em uma jurisdição específica, e que a implantação deve existir nessa jurisdição para uma finalidade mais significativa do que apenas a redução da dívida tributária. | Incorporação | A incorporação refere-se ao processo de se estabelecer uma nova entidade jurídica. |
| FATCA | O Foreign Account Tax Compliance Act é uma lei federal americana que exige que as instituições financeiras estrangeiras divulguem as contas financeiras de seus clientes que sejam cidadãos americanos ou entidades controladas por americanos, sob pena de retenção substancial de imposto de renda na fonte em todos os rendimentos oriundos dos EUA. | OECD | A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional que tem como objetivo promover o comércio global. |
| | | PSC | A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional que tem como objetivo promover o comércio global. |
| | | UBO | O “proprietário beneficiário final” refere-se a uma pessoa física que direta ou indiretamente possui ou controla uma participação significativa em uma entidade ou acordo. A definição exata de UBO e o que constitui interesse significativo varia de acordo com as leis de diferentes jurisdições. |

Embora tenhamos tomado medidas razoáveis para fornecer informações precisas e atualizadas nesta publicação, não damos qualquer garantia ou representação, expressa ou implícita, a este respeito. As informações estão sujeitas a alterações sem aviso prévio. As informações contidas nesta publicação estão sujeitas a mudanças legais (fiscais) em diferentes jurisdições em todo o mundo.

Nenhuma das informações contidas nesta publicação constitui uma oferta ou solicitação de negócios, uma opinião relativa a nossos serviços, uma recomendação para engajar em qualquer transação ou nos obrigar sob uma perspectiva jurídica, fiscal, financeira, de investimentos ou como consultores contábeis. Nenhuma ação deve ser tomada com base nestas informações sem prévia consulta a um profissional independente. Nós não nos responsabilizamos por quaisquer perdas ou danos que venham a acontecer como resultado de seu uso ou convicção quanto às informações aqui contidas.

Esta é uma publicação da TMF Group B.V., P.O. Caixa 23393, 1100 DW Amsterdã, Holanda (contact@tmf-group.com). A TMF Group B.V. faz parte da TMF Group, que consiste em um grupo de empresas em todo o mundo. Qualquer empresa do grupo não é um agente registrado de outra empresa do grupo. Uma lista completa dos nomes, endereços e detalhes do estatuto jurídico das empresas estão disponíveis em nosso website: www.tmf-group.com.

NÓS FAZEMOS UM MUNDO COMPLEXO SIMPLES

Um mundo de serviço local

A TMF Group é uma provedora líder de serviços de suporte administrativo, ajudando clientes a investir e operar com segurança em todo o mundo.

Nossos 9.100 especialistas distribuídos por 120 escritórios em 85 jurisdições ao redor do mundo atendem empresas, instituições financeiras, gestores de ativos, clientes privados e family offices, fornecendo a combinação de serviços de contabilidade, impostos, folha de pagamento, administração de fundos, compliance e gerenciamento de entidades, essenciais para o sucesso empresarial global.

Sabemos como desbloquear o acesso aos mercados mais atrativos do mundo – por mais complexos que sejam – de maneira rápida, segura e eficiente. É por isso que mais de 60% das Fortune Global 500 e FTSE 100 e quase metade dos 300 principais fundos de private equity trabalham conosco.

Nosso modelo exclusivo de entrega global, sustentado por nossas plataformas digitais inovadoras, significa que podemos cobrir setores diversos como mercados de capitais, private equity, real estate, farmacêutico, de energia e tecnologia, com especialistas nestas áreas fornecendo suporte local.

Com um crescimento médio anual de 8% desde 2013, a TMF Group é uma parceira confiável e segura. Operando através de uma ou várias fronteiras, com um pequeno grupo ou milhares de funcionários, temos o suporte fundamental para que você precisa para sua empresa crescer, operar e se desenvolver enquanto permanece em compliance em todos os lugares.

www.tmf-group.com

